UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Joel Carrion Pinheiro

TRABALHO FEMININO NO BRASIL
Análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2010)

Porto Alegre, 2012

Joel Carrion Pinheiro

TRABALHO FEMININO NO BRASIL
Análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2010)

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dathein

Porto Alegre

2012

Joel Carrion Pinheiro

TRABALHO FEMININO NO BRASIL
Análise da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho (1950-2010)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Dr. Ricardo Dathein (orientador)

Prof. Dra. Janice Dornelles de Castro

Prof. Dr. Cássio da Silva Calvete

Porto Alegre, 06 de Dezembro de 2012.

Resumo

Esta monografia realiza um estudo exploratório sobre o trabalho feminino no Brasil entre as décadas de 1950 até 2010. Seu objetivo é analisar a influência da entrada da mulher no mercado de trabalho na economia, na sociedade e demografia. Foi realizado um estudo a partir de bibliografia de diversos autores, especializados em mercado de trabalho e em dados estatísticos oficiais, a fim de coletar informações relevantes para este estudo. A pesquisa investigou as alterações ocorridas nos núcleos familiares, rendimentos individuais e os resultados econômicos decorrentes destas alterações. Os resultados mostram que a participação maciça da mulher no mercado de trabalho causa alterações que vão muito além de independência e valorização social, mas também influenciam de forma diretas variáveis demográficas e econômica, que mais tarde vão definir a posição do país no cenário internacional.

Palavras-chave: Trabalho feminino. Mercado de trabalho. Transição demográfica. Emprego feminino.

Abstract

This monograph conducted an exploratory study on female labor in Brazil from the 1950s until 2010. His goal was to analyze the influence the entry of women into the labor market in the economy, society and demography. We conducted a study of literature from various authors who specialize in labor market and official statistical data in order to collect relevant information for this study. The study investigated the changes in the household, personal income and economic outcomes resulting from these changes. The results show that the massive participation of women in the labor market because changes that go far beyond independence and social value, but also directly influence demographic and economic variables, which later will define the country's position in the international arena.

Keywords: Female labor. Labor market. Demographic transition. Female employment.

Lista de gráficos

GRÁFICO 1 - População total x PEA, Brasil (1950-2010) 30
GRÁFICO 2 - Taxa de participação da força de trabalho feminina (15 anos ou mais) em 2009 - Comparativo entre países de diversos continentes 31
GRÁFICO 3 - População economicamente ativa, Brasil (1950-2010)..... 32
GRÁFICO 4 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, período de 1995 a 2010 33
GRÁFICO 5 - Taxas de desemprego por gênero (1992-2012) 34
GRÁFICO 6 - Renda do gênero predominante, quantidade de famílias e proporção de mulheres chefes de família - 2009 35
GRÁFICO 7 - Média de anos de estudo da população feminina de 15 anos ou mais de idade, taxa média de natalidade e PEA feminina, período de 1990 a 2010 37
GRÁFICO 8 - Taxas de atividades específicas femininas no Brasil (1950-200) 38
GRÁFICO 9 - PEA masculina x PEA feminina x Média de filhos, 1990-2010 40
GRÁFICO 10- Taxa de fecundidade no Brasil (2001-2010) 41
GRÁFICO 11 - Transição Demográfica no Brasil (1900-2050) 42
GRÁFICO 12 - Taxas de dependência demográfica no Brasil – crianças e jovens de 0-14 anos e idosos de 65 anos e mais (1900-2050)..... 44
GRÁFICO 13 - Quantidade de mulheres e homens chefes de família e proporção de mulheres chefes de família, 1980 – 2010..... 49
GRÁFICO 14 - Rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas e diferença salarial percentual, por sexo (2003-2011)..... 50

Lista de tabelas

TABELA 1 - Quantidade de Estabelecimentos Rurais 22
TABELA 2 - Evolução da participação de homens e mulheres no setor primário brasileiro 23
TABELA 3 - Evolução da participação de homens e mulheres no setores primário, secundário e terciário da economia brasileira.....23
TABELA 4 - População feminina economicamente ativa x taxa de fecundidade.....39

Sumário

1 - Introdução 9
2 - Aspectos teóricos e históricos do trabalho feminino 12
2.1- Aspectos teóricos 13
2.2 - Evolução histórica 19
3 – Análise do trabalho feminino no Brasil de 1950 a 2010..... 28
3.1- Participação no mercado de trabalho, educação e inserção social..... 29
3.2 - Emprego e família 34
3.3 – Natalidade e transição demográfica 39
3.4 – Rendimentos e discriminação de gênero 46
4 – Considerações finais 52
5 - Referências 55

1 - Introdução

A inserção feminina no mercado de trabalho causou rápidas e profundas transformações na economia brasileira pós-industrialização. Trata-se de um fenômeno cultural importante, que trouxe inúmeras mudanças econômicas, sociais e demográficas.

Nas sociedades do início do século XX era comum que o marido fosse o arrimo da família, restando à mulher o cuidado do lar e dos filhos. As mulheres que ficavam viúvas e precisavam sustentar os filhos se dedicavam a atividades informais e ligadas a atividades domésticas, como corte, costura, doces, lavagem de roupas, etc. Essas atividades eram pouco valorizadas, mas mesmo assim algumas cidadãs conseguiram superar as barreiras do papel de ser apenas esposa, mãe e dona do lar.

Na década de 1950 as brasileiras respondiam por 10% da população economicamente ativa e hoje já representam mais de 49% da força de trabalho. Conforme nos mostra as pesquisas do IBGE dos últimos 50 anos, a crescente urbanização fez aumentar consideravelmente o setor de serviços, ramo da economia que é predominantemente ocupado por mulheres. Foram justamente os setores ligados a serviços que absorveram o contingente feminino que adentrou no mercado de trabalho nas últimas décadas.

A despeito da importância que a mão-de-obra feminina assumiu atualmente, os dados estatísticos nos mostram que apesar das mulheres possuírem maior nível de escolaridade, ainda persiste a discriminação de gênero no que diz respeito à renda individual. Conforme dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, de Março de 2012, o rendimento médio do trabalho das mulheres em 2011 foi R$ 1.343,81, 72,3% do que recebiam os homens (R$ 1.857,63)

.

Partindo destas análises, propõe-se investigar as questões relacionadas à inserção da mulher no mercado de trabalho, destacando-se a decisão da mulher em participar ou não deste mercado e nas consequências desta atitude.

Esta decisão, no caso feminino, se torna mais complexa, pois admitimos que a mulher leva em consideração não apenas sua própria situação, mas a de outros membros da família. Uma vez tomada a decisão de participar do mercado de trabalho, como consequência a mulher abre mão, ou adia, uma série de compromissos que nas gerações anteriores tinha data para ocorrer, como a maternidade.

Ademais, verificar-se-á que essa mudança comportamental influencia na demografia e traz um grande desafio para a economia, pois o rápido envelhecimento da população sobrecarregará os serviços de saúde e previdência, além de poder causar crises de falta de mão-de-obra, em especial em setores que demandam mão-de-obra volumosa, como a construção civil, o que é preocupante em um país tão carente de infraestrutura como o Brasil.

Isto posto, cabe questionar: como ocorreu a evolução da mulher no mercado de trabalho e quais os impactos que trouxeram para a economia brasileira? Este estudo descreverá como a maciça participação da mulher no mercado de trabalho influencia diversas variáveis econômicas. Além disso, serão analisados outros fatores econômicos e sociais que secundariamente sofreram alterações com o maior número de mulheres ativas no mercado de trabalho.

Estes fatos são importantes pois trata-se de um fenômeno econômico e social contemporâneo e de grande relevância. Vivemos uma época em que presenciamos baixas taxas de desemprego e os estudos econômicos direcionados ao mercado de trabalho ganham outro foco, deixando de lado a questão da desocupação e tratando de aspectos qualitativos do mercado de trabalho.

No segundo capítulo serão apresentados os aspectos teóricos e históricos que norteiam este trabalho. O referencial teórico baseia-se em artigos publicados em órgãos de pesquisa econômica (*IPEA)* e demográfico *(IBGE).* Traremos a evolução histórica da mulher e descreveremos através de fatos pretéritos a luta por igualdade, fatores que influenciam a mulher em participar do mercado de

trabalho e as consequências deste ato, como por exemplo, a queda da taxa de natalidade. Mais adiante, traz-se para o contexto autores clássicos socialistas, que defenderam a igualdade, como Karl Marx e suas ideias sobre trabalho e sociedade e Charles Fourier, que no século XVII já argumentava abertamente em favor da igualdade de gênero entre homens e mulheres.

No terceiro capítulo trabalharemos dados estatísticos do IBGE sobre população, trabalho e educação. Com base nestas informações, serão expostos assuntos relevantes como a atividade laboral e inserção social, emprego e família, natalidade e transição demográfica e o problema da discriminação de gênero nas atividades profissionais. Ainda neste capítulo abordaremos a importância dos rendimentos femininos nas famílias, a importância da mulher no crescimento econômico e a evolução em aspectos qualitativos das trabalhadoras, sempre tendo como base pesquisas estatísticas e estudos de econômicos específicos.

Ao final, apresenta-se uma conclusão que faz o fechamento do tema proposto, com uma súmula dos fatos e temas abordados.

2 - Aspectos teóricos e históricos do trabalho feminino

Nesse capítulo serão expostos os referenciais teóricos e históricos que servirão de base para o estudo da expansão da mão-de-obra feminina no Brasil.

Na primeira seção, apresentaremos os aspectos teóricos com base em análises de vários autores, que ocuparam-se em estudar o mercado de trabalho brasileiro. Procuraremos extrair informações importantes que reforçam o ferramental teórico e justificam a importância deste trabalho. Traremos introdutoriamente a questão demográfica, já que nosso país atravessa o período do bônus demográfico, que acarretará em importantes alterações na economia.

Não menos importante que a base teórica, os aspectos históricos ganham destaque na segunda seção deste capítulo. Como citou o escritor Laurentino Gomes, autor do premiado livro “1808”: O objetivo da história é iluminar o passado para entender o presente e construir o futuro. Uma sociedade inculta, incapaz de estudar e analisar sua história, não consegue entender a si própria. Sendo assim, resgataremos de forma breve, o conjunto de fatos históricos envolvendo as trabalhadoras, que foram importantes não apenas para o trabalho feminino, mas também tiveram influência em toda a economia.

2.1- Aspectos teóricos

Esta seção tem o objetivo de expor os referenciais teóricos que norteiam este trabalho, passando por questões sociais, econômicas e fatos comprovados através de estudos estatísticos.

Para Marx (1998), a história da produção e reprodução do ser social, ou seja, sua realização, só efetiva-se pelo trabalho. A atividade profissional apresenta-se como a gênese da realização do ser social, condição para sua existência, constituindo assim o ponto de partida para a sua humanização. Dentro deste contexto, a cidadã só está completamente inserida através da atividade laboral, onde se realiza como pessoa. Esse aspecto é muito interessante porque marca a evolução qualitativa da mão-de-obra feminina no Brasil, fenômeno que ocorreu de forma súbita, nos últimos anos. Se antes as mulheres no Brasil eram em sua imensa maioria domésticas e pequenas artesãs, a partir da década de 1970 conquistaram espaço em diversas profissões até então tidas como masculinas. Analisando o percentual de mulheres em 21 profissões entre 1978 e 2011, de acordo com a “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios” (PNAD-IBGE), alguns exemplos chamam a atenção. Em 1978, advogadas e médicas eram apenas 18% entre o total de profissionais da área. Em 2011, passaram a ser, respectivamente, 45% e 44%. Há 30 anos, ser economista era uma atividade para poucas mulheres, 19%, mas em 2011 elas já são 38%. E as dentistas já são maioria, 57%, mais que o dobro de 1978, quando eram 23%. Sem contar as corretoras de seguro, 10% há três décadas e 40% agora, e gerentes e administradoras, que eram 17% e agora são 36%. Interessante notar que, mesmo em alguns casos tendo o percentual de participação dobrado, as mulheres continuam sub-representadas em algumas profissões. Podemos citar os exemplos de policiais e detetives, meros 2% em 1978 e 13% em 2007; engenheiras, antes 5% e agora 11%; motoristas, que passou de 0,2% para 1,4%; e mecânicas de automóveis, antes 0,3% e agora 0,5%. Outro fato é que as mulheres estão ocupando profissões tradicionalmente masculinas, mas o contrário não aconteceu com a mesma intensidade. Profissões como enfermagem, atendentes de creches

e operadoras de máquina de costura ainda empregam 90% ou mais de força de trabalho feminina, e os homens continuam ampla minoria. Entre os fatores que podem explicar este fato está o machismo. Muitos homens não aceitam ou temem não ser bem aceitos em profissões geralmente consideradas femininas. Outra explicação pode ser questão de status social e econômico, já que ocupações identificadas como femininas costumam ser desvalorizadas e pagar menores salários, porque culturalmente são tidas como extensão natural dos afazeres domésticos e cuidados familiares, ou seja, exigiriam menos qualificação. Aqui reside a origem de tanta dedicação das jovens à educação e profissionalização, como meio de superar essa tendência observada, de reservar às mulheres, atividades de menos qualificação e, por conseguinte, menor remuneração.

No que se refere aos homens, para Wajnman (2006) “o padrão de participação econômica dos homens sempre foi em grande medida constante, inelástico e, portanto mais previsível”. A participação das mulheres, ao contrário, varia brutamente em termos temporais. “Mais do que isso, responde amplo conjunto de fatores econômicos, culturais, institucionais e familiares, enquanto a participação masculina pode ser determinada quase que totalmente por variáveis econômicas”, Leme e Wajnman (2003).

A tendência de crescimento histórico da participação feminina e concomitante declínio da participação masculina têm ocorrido na maior parte dos países do mundo e tende a acompanhar o processo de desenvolvimento socioeconômico e modernização das sociedades. Quanto aos homens, à perda de importância relativa da produção agrícola, a expansão dos sistemas educacionais, os maiores requerimentos dos mercados urbanos de trabalho em termos de qualificação coíbem o trabalho infantil e deprimem as taxas de participação daqueles muito jovens.

Por outro lado, Lavinas (1997) observa que o caso brasileiro parece se diferenciar da situação detectada no cenário internacional, em que as mulheres estariam prejudicando os homens na disputa por espaço no mercado de trabalho, já que elas, além de se beneficiarem da maior criação de empregos nas atividades tipicamente femininas (setor de serviços em especial), estariam

também penetrando nas atividades antes tipicamente masculinas. No caso brasileiro, segundo Lavinas (1997), “as informações relativas aos anos oitenta e noventa sugerem um movimento na contramão desse processo, uma vez que se observa uma interrupção na tendência anterior de abertura de novas oportunidades de emprego para mulheres em espaços de produção tradicionalmente masculinos e, ao mesmo tempo, há vários indicadores de crescimento da participação masculina na atividade em que as mulheres estiveram sempre confinadas.”

Confirmando essa hipótese, Wajnman, Queiroz e Liberato (1998) mostram como as ocupações autônomas na prestação de serviços tiveram significativo crescimento da participação de homens nos anos noventa, indicando que ocupações consideradas típico reduto feminino vêm abrindo espaço para os homens que, possivelmente expulsos dos empregos formais na indústria, cada vez mais procuram esse setor. Finalmente, segundo Barros, Courseil, Santos e Firpo (2001), não há evidências contundentes de que as ocupações tipicamente femininas remunerem muito pior em média do que as masculinas. Isso quer dizer que as categorias ocupacionais femininas são diferentes, mas não necessariamente piores do que masculinas, exceto pelo emprego doméstico.

Scorzafave (2001) resgata na literatura as tentativas de captar os efeitos na oferta de trabalho na demanda agregada. Estes estudos, conforme Scorzafave investigam os chamados efeito trabalhador adicionado e efeito trabalhador desalentado. O primeiro caso pode descrever uma situação de recessão onde mulheres casadas e filhos podem entrar na força de trabalho pelo simples fato do chefe da família estar desempregado. No efeito trabalhador desalentado, pode ser que com a recessão, a taxa de salário também caia fazendo com que muitas pessoas desistam de procurar emprego (o lazer fica mais barato). Como exemplo de aplicação empírica deste tipo de estudo, podemos citar Barros e Mendonça (1989 p.484),

> *"O desemprego do chefe da família é um forte determinante da participação das mulheres cônjuges. O desemprego do marido aumenta e participação das esposas no mercado de trabalho. Portanto, há evidência do efeito trabalhador adicionado".*

Conforme Alves (2008) a inserção das mulheres no mercado de trabalho sofreu crescimento em todos os grupos etários, com exceção dos extremos: as mulheres muito jovens (10-14 anos) que deixaram as atividades rurais e passaram a frequentar a escola e as mais idosas (70 anos e mais) que passaram a ser cobertas pela previdência social. Para Alves: "O maior crescimento da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA) se deu nas idades entre 20 e 50 anos, em especial nas faixas sênior que possuem menores taxas de desemprego e maior nível de produtividade. Desta forma, passa a existir uma conjugação favorável entre a PIA e a maior inserção produtiva das mulheres, em especial entre as mulheres que já entraram em algum tipo de união conjugal e que já tiveram filhos. As pesquisas demográficas mostram que, paralelamente à queda da fecundidade, aumenta o percentual de casais em que chefe e cônjuge trabalham e contribuem para o bem-estar familiar". Alves ,2008, p. 08)

Outro fato importante é que atualmente vivemos um período de transição demográfica. A transição demográfica foi proposta pelo americano Warren Thompson em 1929 com o termo original "*Demographic Transition Model"* que pode ser traduzido livremente como a forma de estudar as modificações que acontecem nas populações humanas desde o período das "altas taxas de nascimento (natalidade) e altas taxas de mortalidade" para o período das "baixas taxas de nascimento (natalidade) e baixas taxas de mortalidade". O demógrafo americano estipulou quatro fases: a pré-moderna, a moderna, a industrial madura e a pós-industrial, a saber:

- **Fase 1, Pré-moderna:** A natalidade se dava de forma descontrolada, porém, ao mesmo tempo, a taxa de mortalidade também tinha índices altíssimos (falta higiene, guerras, pestes), resultando num acréscimo populacional muito pequeno.

- **Fase 2, moderna:** Os índices de mortalidade iniciam uma importante descida motivada por diferentes razões: a melhoria nas condições sanitárias, a evolução da medicina, e a urbanização, aumentando a expectativa de vida, mas os índices de natalidade não acompanham essa tendência, causando um rápido crescimento populacional.

- **Fase 3, industrial madura:** Ocorre uma queda na taxa de natalidade devido ao acesso a métodos anticoncepcionais, e à educação (fazendo com que o planejamento familiar fique mais difundido). Neste estágio situa-se o Brasil.

- **Fase 4, pós-industrial:** Os índices de natalidade e mortalidade voltam a se estabilizar criando um crescimento populacional novamente pequeno

A transição demográfica é fruto de diversos determinantes socioeconômicos e culturais. Conforme Alves (2008), o Brasil e a América Latina encontram-se em uma fase intermediária da transição demográfica, situando-se na faixa 3 da escala de Thompson, com efeitos positivos tanto em relação aos países desenvolvidos, quanto em relação aos países muito menos desenvolvidos, o que pode representar uma grande vantagem competitiva para o desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Ainda conforme Alves (2008), existe uma ampla literatura no Brasil que explica as causas da redução das taxas de mortalidade e fecundidade como fruto do processo de secularização e de transformações estruturais e institucionais ocorridas nos planos macro e micro e que afetaram as relações Inter geracionais e de gênero (Carvalho, Paiva, Sawyer, 1981; Merrick, Berquó, 1983; Faria, 1989; Martine, 1996). Uns dos efeitos mais visíveis da transição demográfica ocorre com a aceleração e a posterior desaceleração do crescimento populacional. A população brasileira passou de algo em torno de 10 milhões em 1872 para 170

milhões no ano 2000, apresentando suas maiores taxas de crescimento em meados do século XX e deve se estabilizar, segundo as projeções da ONU, na casa de 250 milhões de habitantes por volta do ano 2050. Contudo, o efeito que tem maiores implicações para as políticas sociais e econômicas é a mudança da estrutura etária da população. A pirâmide etária deixa de ser predominantemente jovem para iniciar um processo progressivo de envelhecimento. Isto ocorre fundamentalmente em decorrência do processo de queda das taxas de fecundidade que reduz o percentual da parcela de crianças e jovens da população. Wong E Carvalho (2005) denominam este processo de transição etária estrutural (Age Structural Transition – AST), que provoca mudanças no tamanho das diversas coortes etárias e modifica o peso proporcional dos diversos grupos de idade no conjunto da população.

2.2 - Evolução histórica

Nesta seção será abordado a evolução histórica do trabalho feminino, a fim de mostrar referências passadas que explicam acontecimento atuais.

Durante a Antiguidade, a mulher era vista de uma forma negativa, em clara situação de inferioridade diante do homem. A história nos apresenta grandes navegadores, políticos, líderes, pensadores, imperadores, ou seja, apenas personagens do gênero masculino. Até mesmo na Grécia, notadamente em Atenas, a tão propalada “democracia”, excluía, dentre outros, às mulheres. Platão agradecia aos deuses pelo fato de ter nascido grego, livre e homem. Entre o povo de Israel, a situação não era diferente. Organizado de forma patriarcal, o povo hebreu excluía a mulher tanto do exercício do governo civil, como de maior participação na esfera religiosa. E assim se seguem diversos exemplos de marginalidade social das mulheres, que perduraram com mais força até meados do século XIX.

Mais adiante no período histórico, o pensamento socialista surge defendendo a igualdade entre os cidadãos como condição magma para o progresso social. Todo o argumento teórico foi elaborado de forma ampla pelos seus autores, não destacando a questão particular da mulher que de longa data sofria com abusos no trabalho; A exceção aparece em Charles Fourier:

"O grau de emancipação das mulheres em uma sociedade é o termômetro geral através do qual se mede à emancipação geral". Charles Fourier (1996 p.87)

Essa afirmação de Fourier é usual até hoje, pois basta observar que nos países Ocidentais, onde as mulheres têm liberdade para trabalhar, a democracia é forte. O mesmo não acontece em regimes fundamentalistas, nos quais a mulher ainda é tratada como ser inferior e considerada incapacitada para o trabalho. Nestes tipos de regimes políticos, observamos que a emancipação não é geral e a democracia plena não existe.

Um período histórico muito importante, que tem relação direta com o trabalho, foi a Revolução Industrial do século XIX. Muito discutiram os aspectos morais em relação às condições de trabalho dos assalariados, uma nova classe de trabalhadores que surgiu em uma Europa até então feudal, organizada em pequenas unidades de produção independentes.

Os fatos que realmente ocorreram neste período nos mostram que as condições de trabalho eram degradantes. A situação nas pequenas e novas indústrias que surgiam não era fácil para os operários. Conforme Schmidt, 2005. p.94: "os salários eram baixíssimos, a jornada de trabalho podia alcançar 14 ou 16 horas por dia e não havia direito a férias. As fábricas eram imundas e barulhentas. Os patrões, muito autoritários, humilhavam os empregados" (op. cit.). Jornadas de trabalho tão longas tinham por objetivo a exploração máxima da classe trabalhadora de maneira que pudessem garantir o lucro e manter a massa operária dependente. Muitos industriais, inteligentemente, davam preferência pela utilização em larga escala da mão-de-obra considerada mais "dócil" e – claro – mais barata, como as mulheres (principalmente para a tecelagem), crianças e rapazes abaixo dos 18 anos de idade, enquanto o homem ficava em casa, frequentemente sem ocupação. Huberman, 1986, p.143 ilustra bem as condições a que eram submetidos às crianças nas unidades fabris: "A principio, os donos de fábricas compravam o trabalho das crianças pobres nos orfanatos. Mais tarde, como os salários do pai operário e da mãe operária não eram suficientes para manter a família, também as crianças que tinha em casa foram obrigadas a trabalhar nas fábricas e minas". Mas o histórico de maus tratos ia além das jornadas longas e locais insalubres. Ainda em Huberman (1986) encontramos o registro de que as crianças recebiam socos e pontapés dos chefes por qualquer brincadeira, erro ou atraso no trabalho. Havia multas para certos tipos de atitudes como: deixar a porta aberta, por estar sujo, por se lavar no trabalho e por assobiar.

Ao observar tais condições desumanas, que ferem a dignidade, vem logo o questionamento do que a autoridade moral da época (Igreja) pensava a respeito da vida nas fábrica. Encontramos em Huberman (1986) a opinião do arquidiácono W. Paley[1]: "Uma vantagem ainda maior que possuem as pessoas

[1] W. Paley, *Reasons for contentment: Adresses to the labouring part f the British Public.* Londres, 1793, pp.11-12

em situação inferior é a facilidade com que sustentem seus filhos. Tudo que o filho de um pobre necessita está encerrado em duas palavras: indústria e inocência". Uma parte do operariado, acreditando na mensagem ideológica de que quanto mais se trabalhasse, mais ganharia, não desistia e labutava dia após dia. Porém, muitos outros, desiludidos e desmoralizados pela extrema exploração e o constante empobrecimento, caíam no alcoolismo, demência, suicídio e as mulheres, na prostituição ou – em muitos outros casos –, buscavam refugiar-se na promiscuidade

As lutas femininas se iniciaram objetivando a busca de melhores condições e igualdade no trabalho e culminaram em importantes fatos históricos. O dia internacional da mulher, que é comemorado em 08 de Março, tem como origem as manifestações de operárias da indústria têxtil "Cotton", situada na cidade norte americana de Nova Iorque, que fizeram uma grande greve em 1908. Ocuparam a fábrica e reivindicaram melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para dez horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. A manifestação foi reprimida com total violência: as mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato desumano. Anos mais tarde, no mesmo 08 de Março de 1917, trabalhadoras russas organizaram-se em manifestações a favor de igualdade e respeito. Essa manifestação serviu de estopim para a Revolução Russa de 1917, que destituiu o governo Czarista e originou o primeiro país socialista do mundo, a União Soviética.

A crescente entrada da mulher no mercado de trabalho no Brasil é um fenômeno marcante na economia e um tema que atrai o interesse de muitos pesquisadores. Esse processo histórico que envolve as mulheres pode ser explicado por fatores culturais, econômicos, demográficos e institucionais.

É fato que a mulher brasileira nunca esteve completamente fora do mercado de trabalho. Conforme Madeira (1973) nos estágios anteriores ao inicio

do processo de industrialização, a mulher era muito ativa e essencialmente ligada a atividades rurais. Na área rural a mulher assume certas tarefas, como por exemplo, cuidar da horta e pequenos animais, atividades que se confundem com serviços domésticos. Conforme Madeira (1973), nas pequenas propriedades onde são mais frequentes certas atividades como pequenas criações de animais e horticultura é mais fácil o aproveitamento da mulher, ao contrário das grandes propriedades, onde as culturas são mais especializadas, com cultivo em escala e maior mecanização, que se traduzem por maior produtividade e redução do emprego. A tabela 1 abaixo, baseada nos Censos Agrícolas de 1950 e 1960, mostram a quantidade de estabelecimentos rurais no Brasil, divida por tamanho da propriedade:

Tabela 1 - Quantidade de Estabelecimentos Rurais

Tamanho (Ha)	1950	1960	Var %
Menos 10	710.934	1.495.020	**110,3%**
10-100	1.052.557	1.491.415	**41,7%**
101-1000	268.159	314.831	**17,4%**
1000-10000	31.017	30.883	**-0,4%**
mais 10000	1.611	1.597	**-0,9%**

Fonte: Censo Agrícola de 1950 e 1960

Podemos observar que entre 1950 e 1960, o número de pequenas propriedades (menos de 10 Ha) aumentou 110% e as grandes propriedades apresentaram redução. Comparativamente, no mesmo período (1950-1960), o volume de trabalhadoras no setor primário teve um acréscimo de 44,9% comparativamente ao período anterior (1940-1950), conforme tabela 2 a seguir que apresenta a evolução de mulheres e homens no setor primário:

Tabela 2 - Evolução da participação de homens e mulheres no setor primário brasileiro

	1940-1950		1950-1960	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Setor Primário	14,0%	-10,3%	17,0%	44,9%

Fonte: Elaborado por MADEIRA (1973)

Sendo assim, podemos interpretar que há uma relação entre a participação feminina no mercado de trabalho rural e mudanças na estrutura fundiária. Assim, um maior número de pequenas propriedades, significa um maior aproveitamento da mão-de-obra feminina.

Já a partir da década de 1960 com o êxodo rural crescendo rapidamente, a migração para a cidade significa necessariamente um acréscimo em atividades tipicamente urbanas. Prova disso é que os setores secundários e terciários tiveram um forte incremento entre 1960 e 1970, conforme tabela 3:

Tabela 3 - Evolução da participação de homens e mulheres no setores primário, secundário e terciário da economia brasileira

	1950-1960		1960-1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Primário	17,0%	44,9%	12,0%	28,0%
Secundário	21,0%	29,0%	88,0%	27,1%
Terciário	72,0%	61,5%	27,9%	80,5%

Fonte: Elabora por MADEIRA (1973)

O setor secundário teve predominância masculina porque conforme Madeira (1973) os ramos que ocupam maior proporção de mulheres, como o têxtil e vestuário se expandiram muito menos que outros, como metalurgia e material de transporte, que empregam mais homens.

Já o setor terciário é, conforme Madeira (1973) o setor que tende a absorver a mão-de-obra originária do êxodo rural, por suas características heterogêneas, com atividades ligadas a comercialização dos produtos em geral, serviços pessoais ou comunitários a terceiros. Na década de 1960 o Brasil acompanha o auge da transição de atividades até então predominantemente agrárias para industriais, com o início das atividades das grandes indústrias de

base e mineração, que surgiram sob o patrocínio dos EUA, graças a acordos inteligentemente costurados por Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial. Essa indústria de base fomentou uma cadeia de fábricas, dependentes de derivados de minério, até então inexistentes ou inexpressivas, como a automobilística e de eletrodomésticos. Com isso, expandiu-se a urbanização com o crescimento das cidades, onde oportunidades de trabalho nestas grandes indústrias nascentes acabavam atraindo famílias da área rural.

Entre a década de 1960 e 1970 houve um crescimento explosivo no número de comerciárias, devido à multiplicação de grandes estabelecimentos comerciais onde o elemento feminino predomina, além da expansão do pequeno comércio, que proporciona às mulheres combinarem atividades produtivas e domésticas. Paralelo a isso, uma classe média urbana crescente, também demandou muito o emprego doméstico que absorveu uma parcela importante da força de trabalho feminina que chegava ás cidades.

É justamente neste contexto que estão inseridos os primeiros contingentes de trabalhadoras. As famílias chegavam do interior com escassos recursos financeiros e isso obrigava o maior número possível de integrantes da família a buscar trabalho e renda, a fim de manter o sustento do núcleo familiar e dar início a construção da “nova vida”, agora urbana. Inicialmente as jovens e senhoras se ocuparam em ofícios um tanto precários e informais, em atividades do qual tinham prática, como trabalhos domésticos (passadeiras, cozinheiras, lavadeiras, etc.) e iniciavam a ser requisitadas como comerciárias, setor esse que ganhou força com o crescimento das cidades. Com base nos estudos de Hoffman e Leone (2004) e Wajnman (2006), pode-se observar o contínuo crescimento da atividade laboral feminina, pois no início dos anos 1950, menos de 10 % das mulheres participavam do mercado de trabalho e elas representavam 12% do total da população economicamente ativa. O perfil etário de participação apresentava picos entre 20 e 29 anos e declínio nas idades posteriores, o que superficialmente poderia ser interpretado com a primeira maternidade. A trabalhadora da época retirava-se do mercado e dedicava-se a família, devido à precariedade ou até mesmo à total ausência de instrumentos públicos que proporcionariam os cuidados com a prole.

A partir da década 1970, conforme Leme e Wajnman (2003) ocorreu uma estagnação na taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, ficando em média nos 37%. Isso se deve, em parte, pelas características dos empregos gerados nesta época, muito ligados a construção civil (obra de hidrelétricas, estradas, pontes, etc.) e a indústria pesada (metalurgia, automóveis), setores onde as mulheres tradicionalmente não encontram espaço.

Na década de 1980 vivemos um ambiente de estagnação da economia e deterioração do mercado de trabalho, somado a incipiente reabertura política, que causou uma efervescência popular em torno da redemocratização do país e da liberdade de expressão. Conformem Priori (1997) entre 1979 e 1985 cresce rapidamente a mobilização em diferentes setores da sociedade, sacudindo o imobilismo das organizações de classe. Grupos de mulheres conseguem criar um novo estilo de reflexão e de debate frente aos tradicionais parâmetros da cultura sindical. Neste período surgem os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras, motivadas pela bandeira do reconhecimento e valorização das trabalhadoras, desencadeando lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria,...), entre outras. As mulheres conseguem penetrar nas estruturas de representação, até então majoritariamente masculinas, como diretorias de sindicatos, partidos políticos, associações, etc. Prova disso é que muitas mulheres de diferentes segmentos sociais e com críticas diversas à desigualdade participaram da elaboração da nossa Constituição de 1988. Conquistaram constitucionalmente à ampliação da licença maternidade, limites diferentes de idade para aposentadorias de homens e mulheres, é reconhecido o direito de chefe de família também à mulher, jornadas de trabalho de 44 horas semanais para ambos os sexos, entre outros direitos,

Já na década de 1990 e 2000, se caracterizou pela abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela crescente terceirização da economia, continuou a tendência de crescimento da incorporação da mulher na força de trabalho, porém com uma alteração no perfil etário, com queda da participação na faixa etária de 20-24 anos, justamente a faixa etária com maior número nas décadas anteriores.

> O ímpeto de crescimento da participação das mais jovens foi diminuindo paulatinamente a partir dos anos noventa, em decorrência da maior restrição ao trabalho de pessoas inexperientes e ainda em fase de escolarização. Nos anos 1990 e 2000 a participação feminina continuou a aumentar, mas agora muito menos em decorrência da entrada de jovens e mais devido a maior atividade das mulheres maduras. (WAJNMAN, 2006, P.11)

A inserção desse contingente feminino que nas décadas anteriores concentrou-se em emprego doméstico, trabalho autônomo e informal, mas a partir de dados da PNAD (IBGE) em 2000 apenas 20% do total das mulheres trabalhadoras estavam envolvidas em atividades domésticas, evidenciando uma conquista qualitativa das trabalhadoras que agora já se veem inseridas em cargos mais valorizados. A partir de 2003 elas passaram a constituir 43% da força de trabalho, o que representa um quase equilíbrio na relação entre homens e mulheres. Mas esse vigoroso crescimento de participação primeiramente quantitativo e ultimamente qualitativo fez-se acompanhar de aspectos nem sempre favoráveis às condições de inserção feminina. “Do ponto de vista salarial, embora decrescente, há um hiato de rendimentos que privilegia os homens e não pode ser explicado pela heterogeneidade das características produtivas da população”. (Wajnman, 2006, P.31)

É notável o crescimento da escolaridade feminina, já que desde a década de 1970 o nível médio de escolaridade das mulheres é superior a dos homens, “este aumento na escolaridade, embora ainda infinitamente longe da saturação, não tem demonstrado mais muito fôlego, nas últimas três décadas” Leme e Wajnmann, 2003 p.14: Ainda assim, a despeito do maior nível de escolaridade das mulheres, que as habilita a ter um nível salarial maior, persiste a diferença salarial, privilegiando os homens.

Por fim, outro fato que vem sendo motivo de preocupação entre os demógrafos e também pelos economistas foi a drástica redução da taxa de natalidade das brasileiras, que passou de uma média de 6,28 filhos em 1950 para 1,86 em 2010, conforme dados do Censo de 2010 do IBGE.

> “O forte declínio da fecundidade contribuiu para promover a maior compatibilidade entre o trabalho doméstico e o trabalho de mercado, facilitando o crescimento da participação econômica das mulheres casadas, a ponto de se identificar o crescimento da atividade feminina no Brasil como “a revolução das cônjuges.(Soares, Izaki, 2002, p. 14-15).

Essa taxa preocupa, pois está muito próxima do nível mínimo de substituição por meio do qual a geração dos filhos pode substituir a de seus pais o que somado a uma população cada vez mais envelhecida, trará problemas futuros de mão-de-obra (enfrentados atualmente na Europa) e problemas de sobrecarga no sistema previdenciário. Soma-se a isso o caráter distributivo da Previdência no Brasil, com programas de distribuição de renda a uma faixa de população que nunca contribuiu para o INSS. Os déficits previdenciários são assumidos pelo Governo Federal e tendem a aumentar com o passar dos anos.

3 – Análise do trabalho feminino no Brasil de 1950 a 2010

a O objetivo deste capítulo é explicar as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho brasileiro envolvendo as mulheres. Na primeira seção deste capítulo, abordaremos o tema “trabalho e a inserção social”. Mostraremos que a atividade laboral não é apenas uma rotina de sobrevivência, mas um meio no qual as pessoas, neste caso as mulheres, se utilizam para sentirem-se integradas à sociedade. Após, a segunda seção traz o tema emprego e família, expondo fatos relevantes que influenciam a decisão da mulher em entrar ou não no mercado de trabalho, quais as consequências desta decisão no núcleo familiar e na economia.

Adiante, a terceira seção analisa um tema muito relevante que é a natalidade e transição demográfica, assunto este foi muito abordado na grande mídia, após a divulgação da PNAD 2011, pois nos trouxe a informação de que estamos passando por grandes mudanças demográficas, que irão ter grandes consequências econômicas em médio prazo. A quarta seção aborda um assunto muito relevante que é a discriminação de gênero e rendimentos, onde dados nos mostram que a despeito da maior escolaridade, do ambiente politico da democracia e igualdade constitucional, as mulheres ainda tem remuneração menor que a dos homens e ainda sofrem discriminação no trabalho.

3.1- Participação no mercado de trabalho, educação e inserção social

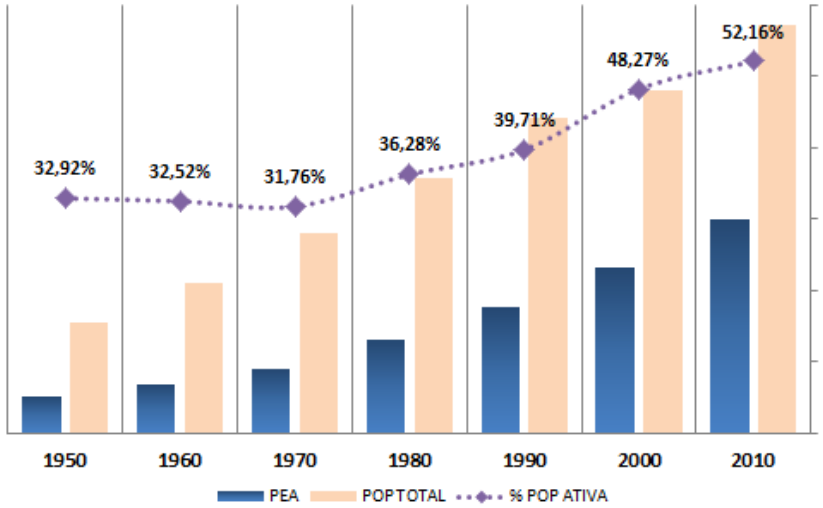
Historicamente, o Brasil não acompanhou o mesmo ritmo mundial das mudanças de paradigmas em relação às trabalhadoras. A partir da ocasião da abolição da escravatura, em 1888, a mulher ainda ocupava o papel de explorada na sociedade. Conforme Dias (1985), muitas camponesas e ex-escravas entraram para o mercado de trabalho através do comércio, como ambulantes chamadas de "Negras-de-tabuleiro", que vendiam doces e quitutes nas ruas. Era o surgimento de uma nova profissão e uma alternativa para as trabalhadoras, porém de forma muito precária e informal. As demais tinham como alternativa as ocupações em trabalhos domésticos, amas de leite e as mais marginalizadas acabaram prostituindo-se.

A educação formal praticamente não existia para a maioria das mulheres (exceção para a minoria abastada que partia para estudar no exterior) o que dificultava a profissionalização. Três anos após promulgação da primeira Constituição brasileira, a lei de 15 de outubro de 1827 institui o ensino primário para o sexo feminino, com currículo para o aprendizado da economia doméstica, costura, decoração e pintura. Em 1879 a mulher tem acesso a cursos superiores, embora sem poder exercer as carreiras médicas e jurídicas. Bem mais adiante com a Revolução de 1930, teve inicio a era dos direitos trabalhistas de Getúlio Vargas e após um estudo do trabalho feminino feito pelo então ministro Lindolfo Collor, foi expedido o Decreto nº 24.417-A de 17 de maio de 1932, a primeira lei que versava sobre a situação da mulher trabalhadora e a protegia contra a exploração social (a lei atual é a Lei nº. 9.799, de 1999).

Adiante, com a implantação da industrialização brasileira, houve um aumento significativo da população economicamente ativa, principalmente no período pós-milagre econômico, com a consolidação das grandes metrópoles e o impulso do setor de serviços. As taxas de natalidade tiveram forte incremento entre a década de 1960 e 1970, porém o primeiro impacto no mercado de trabalho só será observado na década de 1980, quando os nascidos neste período

alcançam a idade adulta e começam a fazer parte do mercado trabalho. No gráfico 1 abaixo, observamos esse fenômeno, onde percebe-se que o índice geral de PEA antes estabilizado em média de 32% entre 1950 e 1970, na década de 1980 tem um incremento de aproximadamente 5p.p. Com a população seguindo a trajetória de crescimento década após década, em 2000 a taxa geral de PEA já encontrava-se em 48,27%. Atualmente encontramo-nos com 52,16%, índice este compatível com os países desenvolvidos.

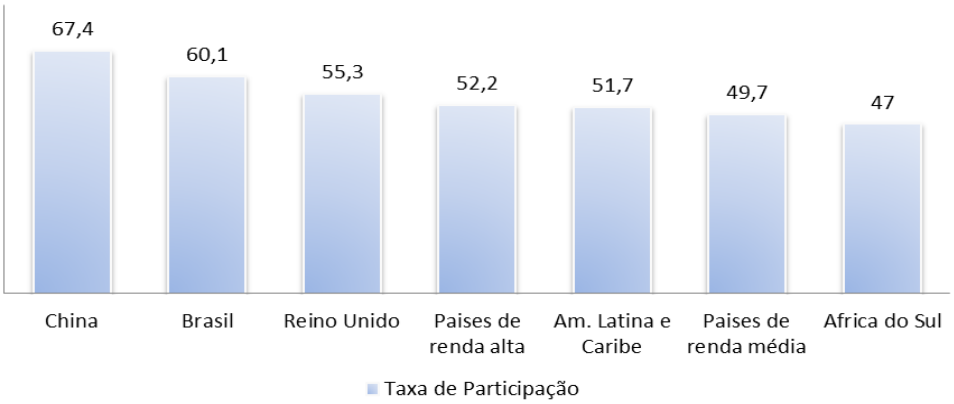
Gráfico 1 - – População total x PEA, Brasil (1950-2010)



Fontes: 1950 a 2000 - Censos Demográficos , IBGE. 2010 - PNAD, IBGE

Com relação às brasileiras, encontramos no trabalho de Arbache (2011), dados de 2009 do Banco Mundial (WDI - World Development Indicators) que nos mostram que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil é alta para padrões internacionais. Assim como os índices gerais de PEA, as taxa de participação das brasileiras ultrapassa países de economias maduras, como é o caso da Europa e se aproxima muito da China. Abaixo o gráfico 2 mostra a participação na força de trabalho das brasileiras em comparação ao cenário feminino mundial.

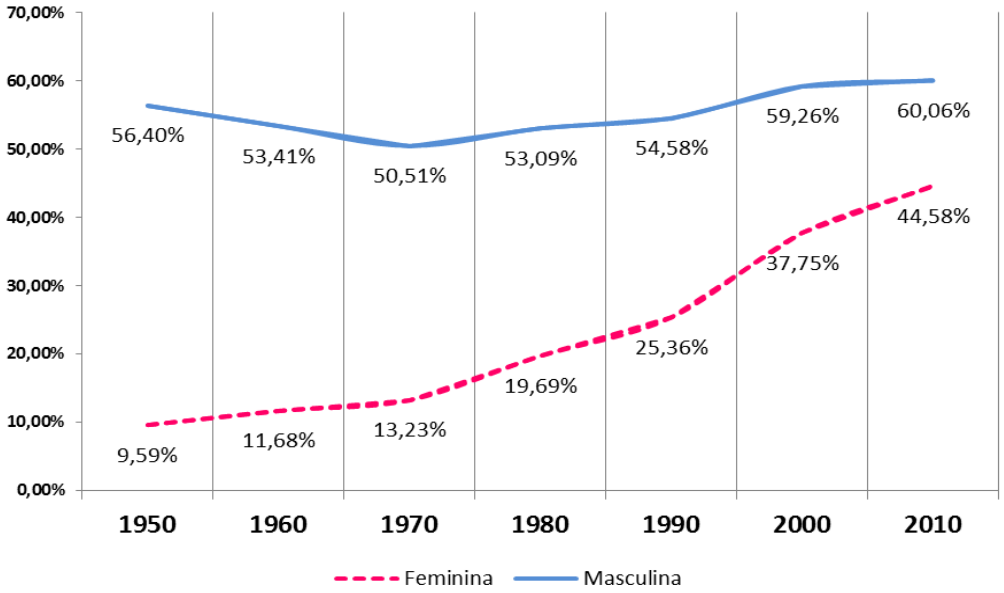
Gráfico 2 - Taxa de participação da força de trabalho feminina (15 anos ou mais) em 2009 - Comparativo entre países de diversos continentes



Fonte: WDI - Banco Mundial em Arbache (2011)

Conforme o gráfico 3 em relação aos gêneros, a taxa de PEA masculino manteve-se estável, com ligeiro acréscimo pós 2000, em virtude do circulo virtuoso da economia. Este período positivo na economia nacional é a soma do processo de estabilização econômica promovido pelo Plano Real na década de 1990 e do crescimento econômico na gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva, onde observou-se uma queda acentuada no desemprego. Entre 2000 e 2010 destaca-se o incremento na oferta de trabalho no setor de construção civil, que tradicionalmente emprega homens e em grande volume, o que ajuda a explicar esse crescimento de 5p.p no índice PEA masculino entre a década de 1990 e 2010. Já em relação às mulheres, houve um forte incremento do índice de PEA, com altas taxas de crescimento em todas as décadas. Observa-se que em períodos de crise (do petróleo 1970) e estagnação e hiperinflação (1980), as mulheres seguiram ampliando a participação no mercado de trabalho, contrariando os homens, que tiveram leve queda no mesmo período, recuperando índices de 1960 somente no ao final da década de 1990. A curva feminina mostra uma tendência de igualar-se aos homens nas próximas décadas, equilibrando o mercado de trabalho.

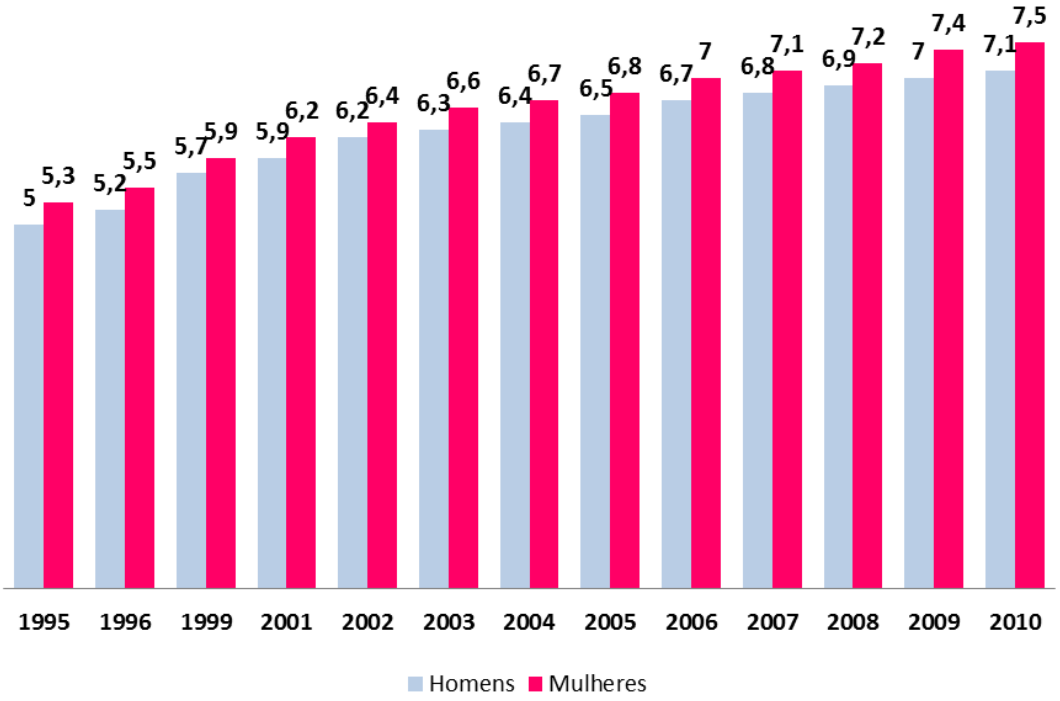
Gráfico 3 – Taxa de participação população economicamente ativa, Brasil (1950-2010)



Fontes: 1950 a 2000 - Censos Demográficos IBGE. 2010 - PNAD, IBGE

A qualificação e o exercício profissional são importantes meios de inserção social, de valorização como ser humana e cidadã, em especial no Brasil. Ocupando cargos e profissões em igualdade com os homens, elas estarão plenamente inseridas na sociedade, longe de serem menosprezadas no trabalho, como ocorreu em poucas gerações passada. É neste ponto que reside a luta de uma jovem, que dedica-se aos seus estudos e busca profissionalizar-se para competir com o homens, para sentir-se parte útil na sociedade. E o resultado disso é que elas possuem mais escolaridade que os homens. Abaixo o gráfico 4 mostra a média de anos de estudo por sexo, acima de 15 anos de idade, conforme as PNAD (IBGE).

Gráfico 4 - Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por sexo, período de 1995 a 2010



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995-2011

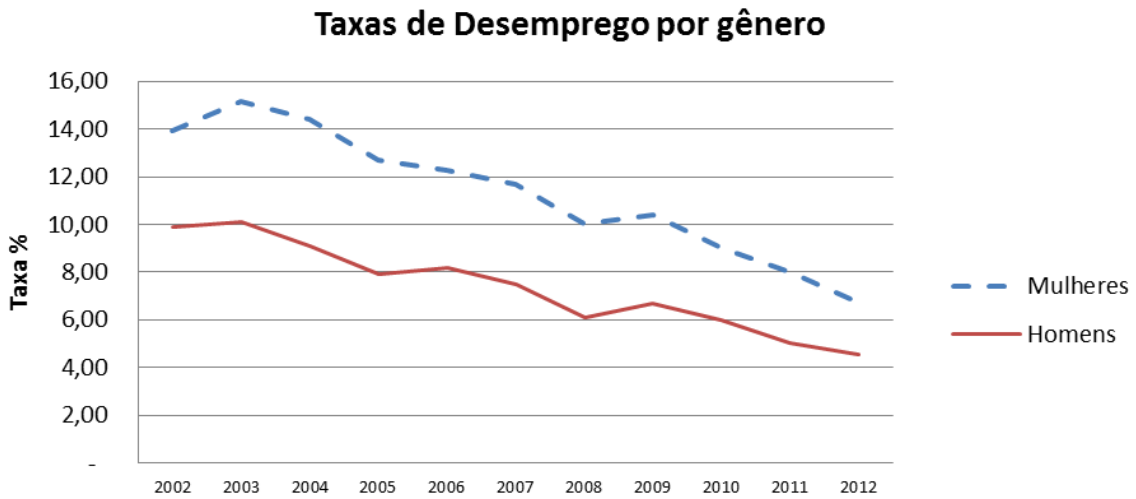
Além disso, elas estão cada vez mais presentes na política, graças a sua disposição de participar do processo democrático, somada às suas qualificações. Pouco mais de um século após a Proclamação da nossa República, vivenciamos uma mulher, Economista, que esteve diretamente envolvida nas lutas por redemocratização, está ocupando o cargo de Presidente da República, de forma inédita.

Todos esses fatores evidenciam a disposição feminina em ter plena inserção social, sepultando traços arcaicos de discriminação e segregação de gênero que ainda persistem em algumas áreas. Esses traços retrógados não fazem parte das características de uma sociedade evoluída e completa.

3.2 - Emprego e família

Em se tratando de oportunidades, observando as taxas de desemprego por gênero nos últimos 10 anos, a partir de dados da PME (IBGE) percebemos que as mulheres são as maiores prejudicadas, com taxas de desemprego sempre superiores aos dos homens. Apesar disso, ambos seguem a mesma tendência de empregabilidade, ou seja, as oscilações no mercado de trabalho atingem tanto homens como mulheres de forma praticamente igual. Esses fatos ficam explícitos no gráfico 5 , abaixo.

Gráfico 5 - Taxas de desemprego por gênero (2002-2012)



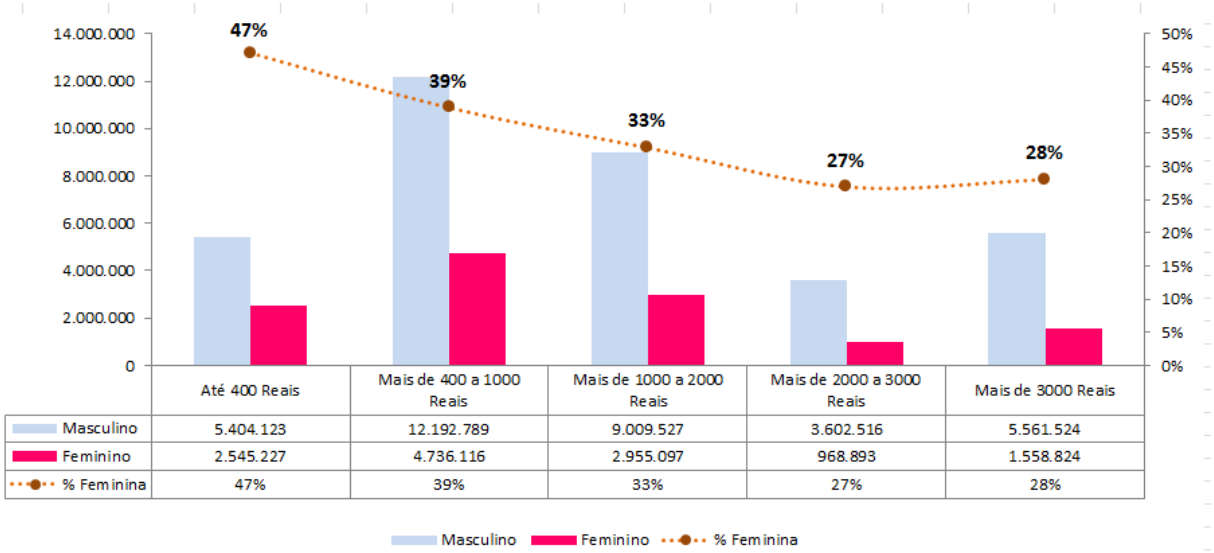
Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego 2002-2012. Médias anuais.

A participação no mercado de trabalho passa pelas condições do mercado e de suas próprias características, onde o individuo decide se participa ou não. No que se refere à mulher, essa decisão é muito mais complexa, já que a mulher leva em consideração não apenas sua situação individual, mas também familiar.

Sedlacek e Santos (1991) analisam a relação entre renda do marido e a participação da mulher. Observaram que quanto maior a renda do marido, menor a probabilidade das esposas trabalharem. O gráfico 6 abaixo, com dados da

última POF – Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE (2008-2009). claramente verificamos essa afirmação. A proporção de mulheres que são referência da família é inversamente proporcional a renda do marido. Em famílias de baixa renda (até R$ 400,00) a proporção de famílias chefiadas por mulheres chega a 47%. Em rendas altas, acima de R$ 3.000,00 essa proporção cai para 28%.

Gráfico 6 - Renda do gênero predominante, quantidade de famílias e proporção de mulheres chefes de família - 2009



	Até 400 Reais	Mais de 400 a 1000 Reais	Mais de 1000 a 2000 Reais	Mais de 2000 a 3000 Reais	Mais de 3000 Reais
Masculino	5.404.123	12.192.789	9.009.527	3.602.516	5.561.524
Feminino	2.545.227	4.736.116	2.955.097	968.893	1.558.824
% Feminina	47%	39%	33%	27%	28%

Pesquisa de orçamento familiar, IBGE 2008-2009

Quanto a características familiares, conclui-se que quanto mais jovens e mais numerosos os filhos da família, menor é a probabilidade das mulheres entrarem no mercado de trabalho. Essa conclusão é plausível, levando em conta que índices maiores de fecundidade são inversamente proporcionais a participação de mulheres no mercado de trabalho, conforme observaremos mais adiante neste trabalho.

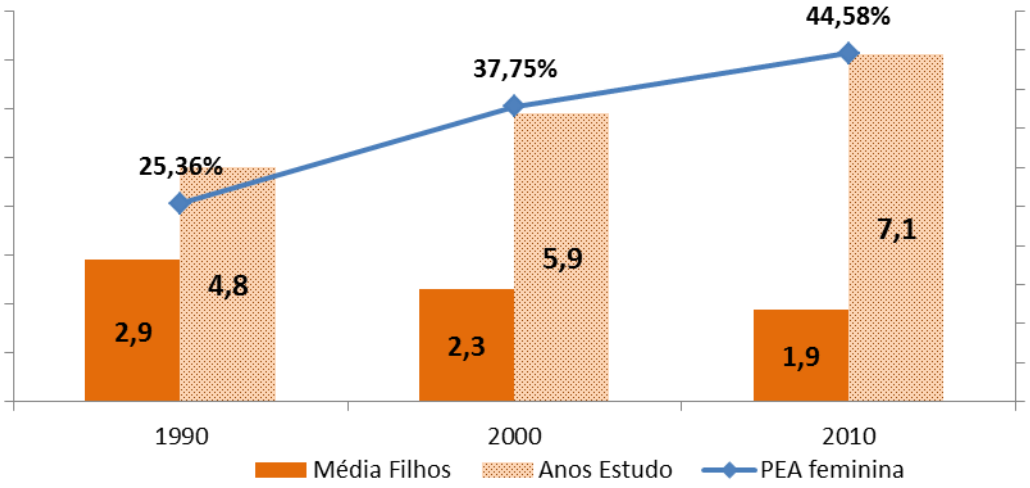
Conforme Wajnman (2006) a industrialização dos bens de consumo doméstico e a crescente possibilidade de terceirização dos serviços do lar contribuíram liberando tempo das mulheres para o exercício da atividade economicamente produtiva. As razões para isso parecerem estar fortemente ligadas a dois fatores: em primeiro lugar, a relativa abundância e o baixo preço da oferta de serviços domésticos, que permitiram às mulheres de melhor condição socioeconômica, terceirizar o cuidado com as crianças. Em segundo lugar, a existência no Brasil, sobretudo para mulheres de baixa renda, de uma rede social

de apoio mútuo entre as mulheres ligadas por laços de parentesco ou vizinhança, que viabiliza o cuidado com as crianças, mesmo na ausência de um sistema público de apoio ao trabalho feminino através de creches de tempo integral.

O estudo de Costa, 1990, p. 38 cita entre determinantes o avanço econômico experimentado no período pós 1970, com o crescimento de diversos ramos da nossa economia que trouxeram inúmeras facilidades, que tornaram-se alternativas de desoneração de certas atividades de responsabilidade das mulheres nos núcleos familiares, além de importantes avanços sociais e estruturais: “a industrialização crescente de bens e serviços, antes produzidos no recinto do lar, desde produtos alimentícios ao cuidado com crianças, doentes e velhos, a pronunciada queda da fecundidade, que encurtou o período de gestação e guarda de filhos pequenos, a urbanização, que pôs a mulher em contato com outras ideias e oportunidades”. A soma desses argumentos justificam a decisão, cada vez maior, das mulheres em “trabalhar fora”. Assim, podemos concluir que montou-se todo um cenário favorável para que as mulheres fossem “trabalhar fora”, trazendo benefícios gerais de forma tanto micro (núcleo familiar) quanto macro (reforço na mão-de-obra qualificada e avanços rumo a igualdade de gênero).

Existem outros modelos que procuram analisar o fator decisório da oferta de trabalho através da alocação do tempo, ao longo do ciclo de vida. O ciclo de vida é um importante preditor para o comportamento da atividade feminina. Nos estudos de Leme e Wajnman (2003) ficou demonstrado que o crescimento da atividade feminina no Brasil pode ser fortemente associado à queda da fecundidade e ao crescimento da escolaridade feminina, sendo menos sensível às variáveis econômicas. De fato, a tendência histórica do crescimento da participação de mulheres observada nas últimas décadas é consistente com este resultado, “já que se trata um comportamento sólido, sem flutuações cíclicas ao longo tempo, embora a queda fecundidade, já parece ter chegado muito próximo ao seu ponto de saturação” Leme e Wajnman, 2003. p.12. Cruzando média de anos de estudo feminino, taxa de natalidade e PEA feminina, confirma-se essa tese, conforme gráfico 7 a seguir:

Gráfico 7 - Média de anos de estudo da população feminina de 15 anos ou mais de idade, taxa média de natalidade e PEA feminina, período de 1990 a 2010

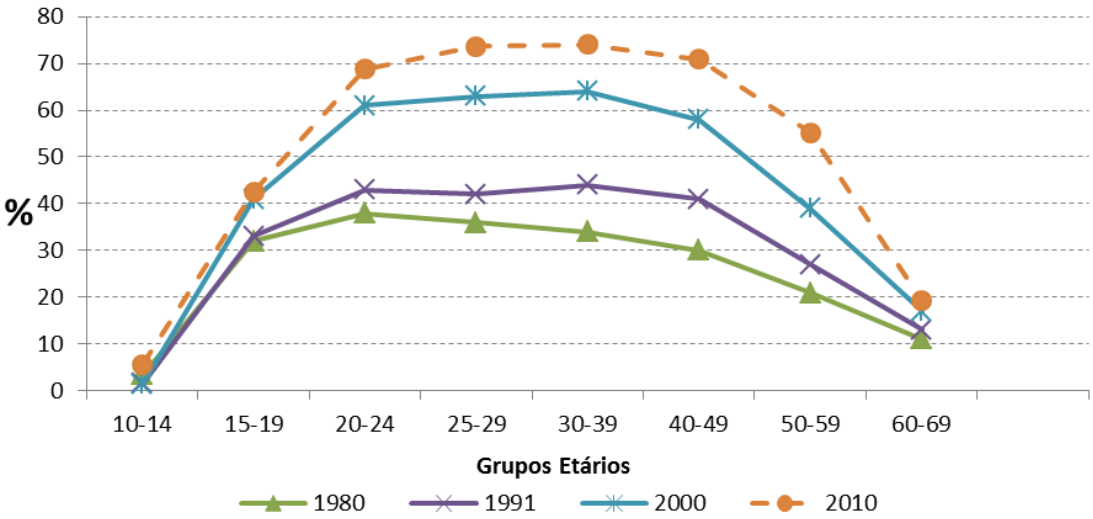


Fonte: Censo 1990 e PNAD 2000, 2010 - IBGE

Becker (1991) argumenta que um aumento no salário das mulheres aumentaria o custo de oportunidade das atividades domésticas, o custo de ter muitos filhos e o custo de ter filhos com intervalos de tempo distantes entre eles. Já o crescimento na probabilidade de divórcio aumentaria a participação da mulher por dois motivos. O primeiro seria que as mulheres divorciadas teriam que participar mais ativamente, uma vez que teriam a responsabilidade da dupla jornada doméstica e do mercado. Em segundo lugar, tanto as mulheres solteiras quanto as casadas participariam mais, tentando se proteger de problemas financeiros que um possível divórcio, no caso das casadas, poderia trazer.

Em relação às faixas etárias, a partir de estudos dos censos demográficos do IBGE, percebemos que as taxas de participações femininas durante as décadas tiveram um crescimento homogêneo. Conforme o gráfico 8 a seguir, as maiores taxas de participação concentram-se na idade adulta, entre 15 e 40 anos. Observa-se que nas décadas onde a taxa de natalidade eram elevada, havia um decréscimo de participação das mulheres a partir dos 25 anos, reflexo da primeira maternidade. A partir de 2010, nota-se um deslocamento da curva para a direita. Com o aumento da escolaridade as mulheres entram mais tarde no mercado de trabalho, entre 20 e 25 anos de idade. Já a queda da natalidade faz com que elas saiam mais tarde do mercado de trabalho, após os 49 anos de idade.

Gráfico 8 - Taxas de atividades específicas femininas no Brasil (1980-2000)



Fonte: Censos demográficos do IBGE

Este deslocamento da curva de entrada e saída do mercado de trabalho evidencia uma acréscimo contínuo de mulheres no mercado de trabalho. Em 1980 as mulheres tinham picos de participação entre 15 e 40 anos de idade, mas nunca passando de 40%. Já em 2010, notamos que a as mulheres participam do mercado de trabalho com picos acima de 60% e estenderam a participação de 20 até 50 anos de idade. O aumento da idade minima evidencia maior dedicação aos estudos na adolescencia e a extensão da idade máxima destaca a permanência por mais tempo no mercado de trabalho. Em geral, as mulheres entram no mercado de trabalho mais preparadas e com mais anos de estudo que os homens. Além disso, com quase 70% de mulheres jovens trabalhando, a queda da natalidade é um reflexo de uma maternidade tardia, que por questões profissional e de saúde, fazem com que as mulheres tenham menos filhos.

3.3 – Natalidade e transição demográfica

Como fenômeno econômico, observamos que no início do século XX em uma população essencialmente rural, uma família numerosa se fazia necessária para suprir a necessidade de mão-de-obra para tocar as lidas agrárias e pastoris, ligadas a subsistência do grupo familiar. É preciso acrescentar também que os métodos contraceptivos eram rudimentares e de eficiência muito baixa. A crescente urbanização observada a partir da metade do século XX traz consigo uma diminuição da população rural e uma consequente elevação do custo de vida, devido às inúmeras despesas que um citadino está sujeito, sendo assim, ter menos filhos significava em primeira instância, ter menos "custos" e menores responsabilidades. Os avanços médicos proporcionaram novos métodos contraceptivos, que se tornaram mais eficientes e populares. Com menos responsabilidades, a mulher pode-se dedicar mais tempo ao trabalho, aumentar os rendimentos e o conforto individual e familiar. Ao analisar os dados dos censos demográficos de 1980 até 1990 e das PNADs do IBGE, de 2000 a 2010, observa-se na tabela 4 abaixo, uma clara correlação entre taxa de fecundidade e inserção da mulher no mercado de trabalho, onde a queda na natalidade representou um imediato aumento da participação feminina economicamente ativa.

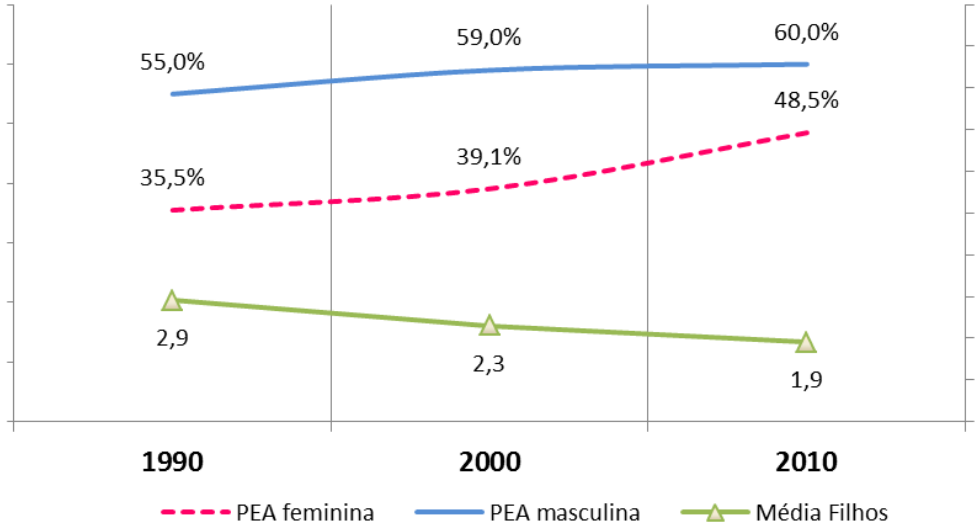
Tabela 4- População feminina economicamente ativa x taxa de fecundidade

Ano referência	População Feminina Economicamente Ativa	Taxa de Fecundidade (número de filhos)
1970	28,8%	5,8
1980	33,5%	4,4
1990	35,5%	2,9
2000	39,1%	2,3
2010	48,5%	1,8

Fonte: Censos demográficos IBGE

Em um espaço de 30 anos, entre 1970 e 2000 a população feminina economicamente ativa teve um acréscimo de 10,3 p.p. Já nos últimos 10 anos, a taxa de fecundidade caiu abaixo do nível de reposição da população (2010). Trata-se de um incremento muito alto, levando em consideração ao período histórico, com um aumento de 9,2 p.p. em apenas uma década. Isso evidencia que com menos filhos, a mulher encontrou novas oportunidade no mercado de trabalho chegando a um nível muito próximo de igualdade em participação com os homens. Essa afirmação fica evidente no gráfico 9 abaixo, ao cruzarmos a taxa de natalidade com a taxa de PEA. As curvas são inversas, ou seja, a queda na natalidade afeta positivamente a PEA feminina. Já a taxa de PEA dos homens não tem correlação com a natalidade, pelo fato dos homens terem menores responsabilidades com as crianças.

Gráfico 9 - PEA masculina x PEA feminina x Média de filhos, 1990-2010



Fontes: 1950 a 2000 - Censos Demográficos IBGE. 2010 - PNAD, IBGE

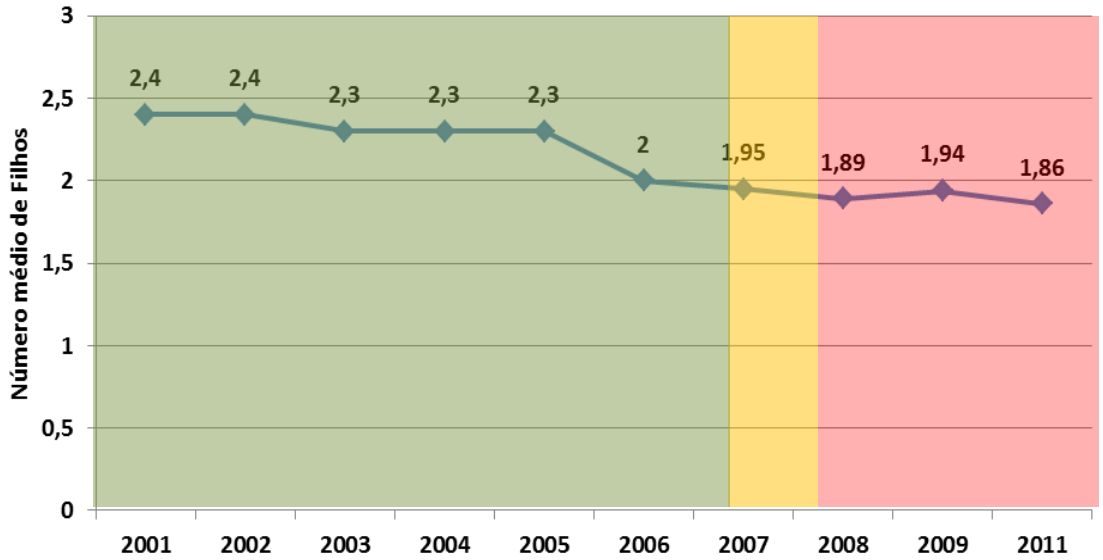
A queda de natalidade pode ser reflexo de um fenômeno social, ligado a escolhas pessoais e comportamentais, ou uma consequência econômica, fruto do aumento do custo de vida nas cidades. Como fenômeno social, podemos entender que o reduzido número de filhos é uma atitude de vanguarda da mulher moderna, em contraste com a norma cultural vigente no século passado, onde o padrão predominante era das famílias numerosas. Também destacamos, dentro desse mesmo contexto, que ter menos filhos significa ter mais tempo para

dedicar-se a eles, justamente em uma época no qual as pessoas queixam-se de ter pouco tempo para tratar de assuntos pessoais.

Como consequência econômica, lembramos o fato de grande parte da população viver em área urbana, que possui o custo de vida elevado. Uma prole menor reduz custos de subsistência, podendo os pais investir mais na educação e bem-estar de seus filhos.

Estudando dados do IBGE, verifica-se no gráfico 10 abaixo, que em 2001 a taxa de fecundidade era de 2,4 filhos por mulher, taxa essa que assegurava a reposição da população. As PNADs para os anos de 2008, 2009 e 2010, já apresentam estimativas que colocam a fecundidade feminina no Brasil abaixo do nível de reposição das Gerações (1,89; 1,94; 1,86 filhos por mulher, respectivamente). Concluímos que com menos filhos, é inegável que as mulheres puderam conciliar melhor o papel de mãe e trabalhadora. Além disso, isso evidencia uma fase de transição demográfica no Brasil, um fenômeno de grande importância.

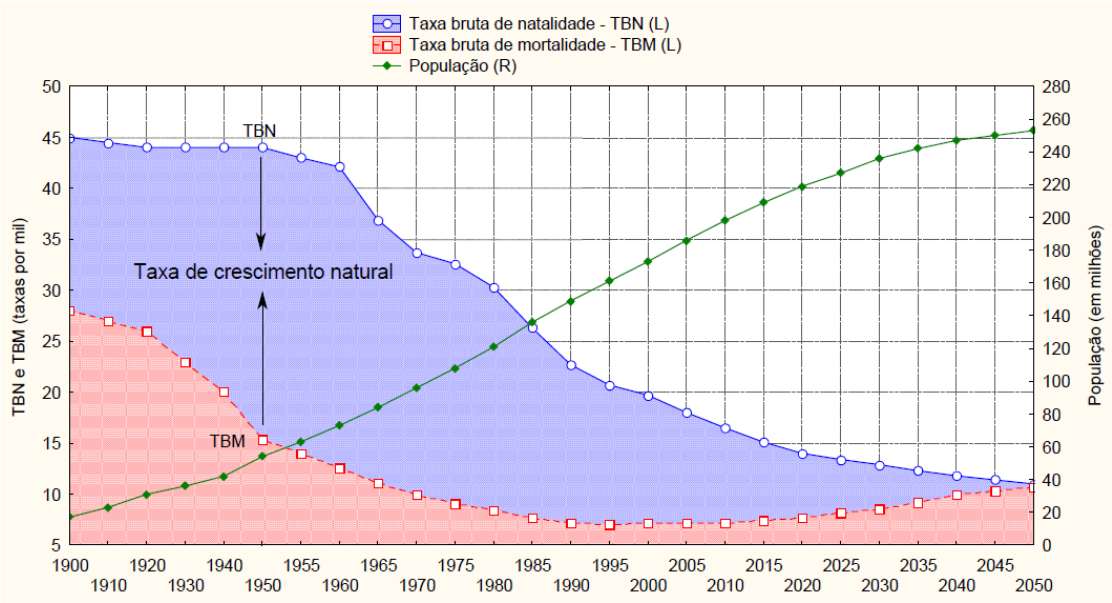
Gráfico 10- Taxa de fecundidade no Brasil (2001-2011)



Fonte: PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE 2001/2010

Conforme Alves e Bruno (2006), o processo de transição demográfica, fruto da queda das taxas de mortalidade e natalidade, tem provocado uma rápida mudança na estrutura etária brasileira, com uma redução da proporção jovem da população, uma elevação imediata da população adulta e uma elevação significativa, no longo prazo, da população idosa. Esta nova realidade abre várias janelas de oportunidades para as políticas públicas e para a redução da pobreza. Mas ao mesmo tempo, apresenta um desafio para as políticas macroeconômicas do país. No gráfico 11 a seguir podemos observar o processo de transição demográfica no Brasil desde 1900 até as projeções que chegam ao ano de 2050. Foram utilizados os dados dos censos demográficos do IBGE até o ano 2000 e as projeções das Nações Unidas (revisão de 2004). Nota-se que as taxas de natalidade, desde o início do seu declínio, apresentam uma tendência de queda durante todo o período. Já as taxas de mortalidade atingem seu ponto mais baixo na primeira década do século XXI, apresentando em seguida uma ligeira tendência de alta, não em função de qualquer piora das condições de saúde, mas em decorrência do processo de envelhecimento da população.

Gráfico 11 - Transição Demográfica no Brasil (1900-2050)



Fonte: Alves e Bruno, 2006, p.5

Para Soares (2008) a diminuição das taxas de fecundidade traz também oportunidades que podem ser aproveitadas pelo país para acelerar o crescimento econômico e investir mais na infância. Para o autor, o Brasil já vive um bônus demográfico no acesso à escola. O número de crianças a serem atendidas a cada geração é decrescente, o que facilita que haja um aumento de recursos por aluno. Esse "bônus", pode ser aproveitado também para acelerar o crescimento econômico. Essa situação acontece quando a população em idade ativa de um país começa a se sobrepor à inativa. A ideia é de que um trabalhador que tenha menos crianças ou idosos para sustentar pode ser mais produtivo do que um que tenha mais filhos ou inativos como dependentes.

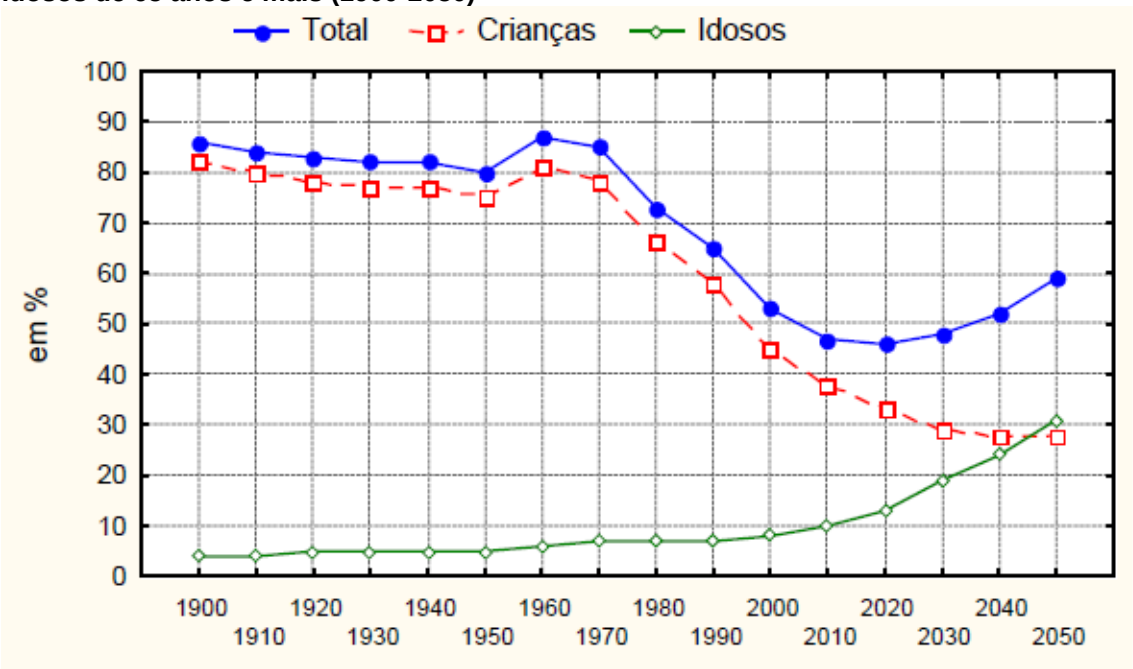
Alves (2008) nos diz que o Brasil está passando por uma janela de oportunidade demográfica que possibilitará uma arrancada do desenvolvimento e um aumento da qualidade de vida, desde que este bônus seja inteligentemente aproveitado. Essa situação, no entanto, só é aproveitada se forem dadas oportunidades de trabalho a essa população, caso contrário o bônus pode virar ônus demográfico. Além disso, essa condição tem prazo para terminar já que, a partir de algum momento, a queda no número de crianças é compensada pelo aumento no total da população idosa, fazendo com que a proporção de dependentes passe a crescer novamente.

É importante salientar que o envelhecimento de uma população não pode nunca ser visto como um fato isolado ou de pouca importância. Ele tem inúmeros reflexos na vida social, influenciando o consumo, a transferência de capital e de propriedades, os impostos, a previdência social, o mercado de trabalho, a saúde e assistência médica, e, também, a composição e organização das famílias. Conforme Arbeche (2011):“ O Brasil passará no futuro próximo pelo seu maior desafio para alcançar a prosperidade econômica e o progresso social, que será encontrar meios de fazer a renda per capita crescer ao mesmo tempo em que aumentarão a razão de dependência e custos previdenciários.” Arbeche (2011, p.03)

Importante analisar o impacto econômico do crescimento da proporção de população dependente, que é consequência imediata da queda de fecundidade.

Em Alves e Bruno (2006), através do gráfico 12 encontramos dados que nos mostram a taxa de dependência de crianças (0 a 14 anos) cai persistentemente desde o início da queda da fecundidade no Brasil, enquanto a taxa de dependência dos idosos (65 anos e mais) sobe continuamente. Contudo, somente em 2050 a taxa de dependência dos idosos ultrapassará a taxa de dependência das crianças. Analisando pelo lado puramente demográfico, pode-se dizer que estas mudanças têm um efeito positivo sobre a renda per capita. Por exemplo, se fixarmos o produto por trabalhador e as taxas de participação na força de trabalho, o simples aumento da PIA elevará o PIB per capita. Contudo, o efeito macroeconômico deste fenômeno, denominado "bônus demográfico", não é automático. Trata-se de uma "janela de oportunidades" que requer políticas econômicas adequadas para que o potencial demográfico possa ser colocado a serviço do desenvolvimento econômico e do bem-estar da população.

Gráfico 12 - Taxas de dependência demográfica no Brasil – crianças e jovens de 0-14 anos e idosos de 65 anos e mais (1900-2050)



. **Fonte: Alves e Bruno, 2006, p.9**

Cabe o questionamento: como não desperdiçar o bônus demográfico ? Afinal de contas, ele é um importante acontecimento, que se bem aproveitado, contribuirá em muito com um salto de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Quando observamos queda da natalidade, envelhecimento acelerado da população, logo lembramos o risco de enfrentar uma falta de mão-de-obra. Atualmente, com baixas taxas de desemprego, alguns setores da economia, desde o mais especializado (engenheiros e técnicos especializados) até o mais básico (comércio e construção civil) tem sofrido com escassez de profissionais. Porém, conforme Alves e Bruno (2006), embora o ritmo de crescimento demográfico total deverá continuar caindo, a PIA deverá chegar a 161 milhões em 2040 e 160 milhões em 2050. Desta forma, percebe-se que a queda das taxas de fecundidade e o envelhecimento populacional não significam que o Brasil enfrentará escassez de mão de obra na primeira metade do século XXI. Além disto, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho subiu de 13,6% em 1950 para 26,9% em 1980 e para 44,1% em 2000. Tudo indica que esta taxa deverá continuar a crescer, aumentando o percentual de pessoas aptas ao trabalho.

Porém não adianta ter um bom contingente de pessoas aptas a trabalhar, mas sem qualificação. Para TURRA e QUEIROZ (2005), com base em estudos de LEE e MASON, o país está negligenciando as oportunidades demográficas existentes, uma vez que o sistema educacional é deficiente. Então fortes investimentos em educação tornam-se fundamentais para o aproveitamento do bônus demográficos. Com mais técnicos formados e aptos ao mercado de trabalho, maximizaremos o aproveitamento da mão-de-obra, que trarão benefícios econômicos em cadeia (aumento e distribuição de renda, crescimento do PIB, aumento de produtividade, etc).

Para Alves e Bruno (2006) um fator fundamental é a acumulação de capital fixo produtivo (base da oferta agregada) e da distribuição dos ganhos de produtividade (elemento-chave na expansão da demanda efetiva) para a realização do bônus demográfico. Neste contexto, o aumento da poupança como base do desenvolvimento socioeconômico é fundamental. Porém o fenômeno da financeirização da nossa economia tende a penalizar os investimentos em ampliação da capacidade produtiva instalada. Isto significa que parte da poupança necessária ao financiamento dos investimentos e elevação da taxa de acumulação de capital fixo produtivo é desviada para o mercado financeiro,

criando obstáculos à retomada do crescimento econômico forte e sustentado. Ao se aproximar do limite imposto pela capacidade produtiva instalada, o crescimento do estoque de capital fixo produtivo torna-se necessário para manter o ritmo de crescimento capaz de absorver os excedentes de mão-de-obra criados pela expansão da PIA, resultante da nova estrutura etária brasileira. Como o trabalho no Brasil é marcado pela baixa produtividade a este item é importantíssimo para a manutenção da competitividade internacional, parece-nos mais que razoável afirmar que o aumento da produtividade do trabalho deveria ser um dos objetivos centrais das políticas públicas que visam aumentar a competitividade e proteger os empregos.

Visando não perder essa oportunidade, as políticas nacionais de desenvolvimento devem ser cuidadosamente elaboradas. Construindo um cenário de aumento da produtividade, tecnologia, eficiência marginal do capital e do salário real dos trabalhadores, então, o Brasil estará aproveitando o primeiro e o segundo bônus demográfico. Para Alves e Bruno (2006) “se o primeiro bônus for desperdiçado, muito provavelmente (mas não necessariamente) o segundo bônus[2] também será desperdiçado.”

[2] A possibilidade de existência de um segundo bônus demográfico ocorre quando uma população envelhecida gera um grande acúmulo de poupança nos anos do primeiro bônus. Mas as condições de existência do segundo bônus são restritas, e dependem, totalmente, do bom aproveitamento das oportunidades do primeiro bônus.

3.4 – Rendimentos e discriminação de gênero

Os rendimentos femininos são relevantes no núcleo familiar, tanto como forma de aumentar a renda do domicilio, como nos casos onde a mulher é a chefe de família.

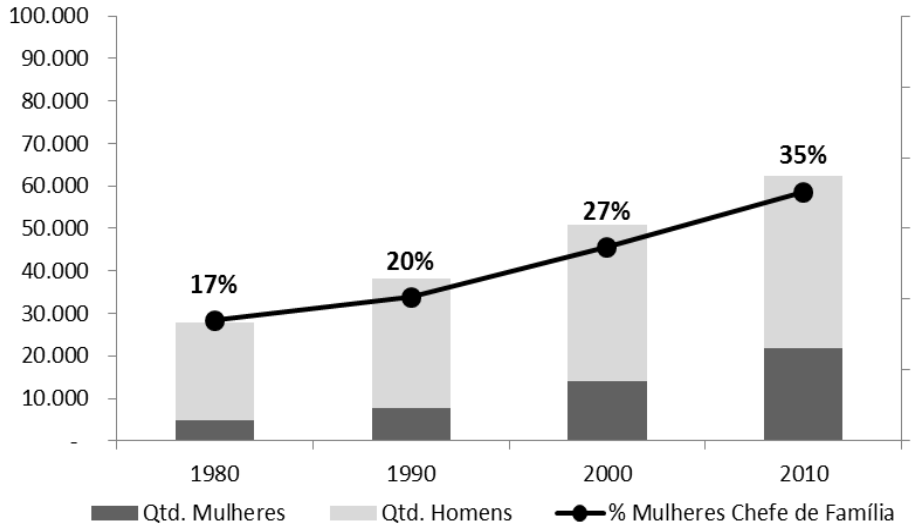
A composição dos arranjos domiciliares no país vem sofrendo profunda modificação nas últimas décadas. Medeiros e Osório (2001) apontam as principais mudanças detectadas desde o final da década de 1970 e estas podem ser sintetizadas pelo "(i) aumento da proporção de arranjos unipessoais (pessoas morando sozinhas), (ii) diminuição da proporção de arranjos familiares nucleares compostos (com casais), que passaram de 83% para 75,5% do total de arranjos familiares no país, entre 1977 e 1998; e (iii) forte aumento da proporção de arranjos nucleares simples femininos". É interessante notar, que embora as mulheres cresçam em importância relativa como principais provedoras financeiras das famílias, as pesquisas domiciliares continuam apontando os homens como os chefes ou responsáveis pelas famílias constituídas por casais com ou sem filhos. Conquanto essa proporção ainda seja muito inferior àquela esperada numa situação de perfeita igualdade de condições entre homens e mulheres no mercado de trabalho, é preciso reconhecer que tal cifra era impensável há apenas poucos anos atrás e representa um tremendo avanço nas condições de inserção econômico-social da mulher.

O aumento da participação das mulheres casadas correspondeu isoladamente a 70% do aumento do nível da atividade econômica feminina no Brasil de 1977 a 2001 (Soares, Izaki, 2002, apud Melo, 2005). Fazendo uso da PNAD para os anos de 1983 a 1988, concentrando a análise nos dados de 1984, já que neste ano foi aplicado um extenso questionário, que visava detalhar e mensurar dados referentes à fecundidade de mulheres na faixa de 15 a 54 anos de idade, o estudo de Sedlacek e Santos (1991), chegou à conclusão que: "embora tenhamos aumentos expressivos na taxa de participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho, com uma variação de 13,5% no período, mesmo quando comparados àqueles observados para o grupo de mulheres chefes de família, estas taxas ainda estão muito abaixo daquelas observadas em

países desenvolvidos.” Conforme o relatório do Seade (1989) a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro apresenta um padrão assimétrico, com pico de curso no grupo etário de 20-24 anos ou 25-29 anos, ou seja, justamente na população jovem adulta, em idade propicia a procriar, o justifica – em parte, a queda da fecundidade. Esse padrão é semelhante ao processo ao qual passaram os países desenvolvidos no passado, levando a crer que no futuro, teremos um padrão semelhante a estes países.

O aumento de mulheres chefe de família pode ter diversas origens. O próprio aumento de participação da mulher no mercado de trabalho é um deles. A aprovação da lei do divórcio em 1977, que deu mais liberdade para dissolução dos casamentos e a constituição de famílias formadas por mães e filhos. Outro fato social importante é que o ato de ser mãe solteira deixou de ser tabu. A proporção de mulheres que tem filhos e não tem cônjuge é crescente e conforme os Censos Demográficos do IBGE passaram de 14 % em 1990 para 18% em 2010. A titulo de comparação as famílias constituídas de um casal com filhos caíram: em 1992 eram 59 % e em 2010 são 47% . Todos esses fatores evidenciam o crescimento da importância feminina no sustento do núcleo familiar. Prova disso pode ser observada no gráfico 13 a seguir com os dados dos censos IBGE de 1980 até 2010 nos mostram que o percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio dobrou em 30 anos, partindo 17% em 1980 para 35% em 2010.

Gráfico 13 - Quantidade de mulheres e homens chefes de família e proporção de mulheres chefes de família, 1980 – 2010

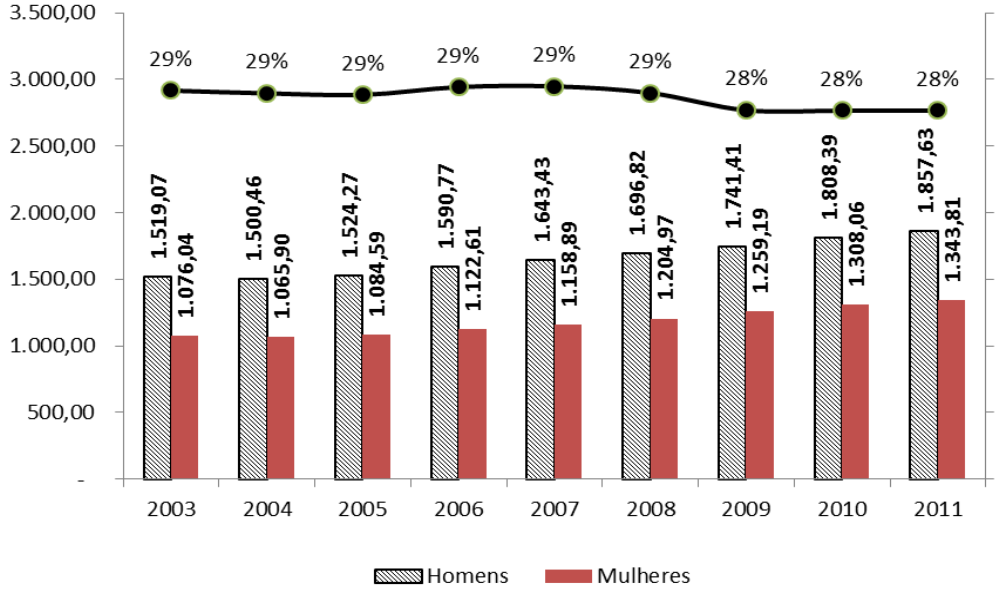


Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980-2010

No que tange ao rendimento familiar, as desigualdades salariais entre trabalhadores do sexo feminino e masculino, embora indiquem o tratamento desigual de homens e mulheres, não caracterizam adequadamente a importância das mulheres na geração da renda familiar e pouco dizem sobre os efeitos do papel da mulher nos arranjos familiares, que podem resultar em diferentes níveis de bem-estar. Nessa mesma linha, mas analisando para as regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Recife, Leone (2000) demostrou a contribuição dos salários femininos na renda familiar, favorece, sobretudo as famílias de baixa renda. Essa contribuição ajudou, segundo o autor, “a retirar famílias de situação de extrema pobreza e a afastar as que já não eram tão pobres para mais longe da linha da pobreza” Leone,(2000, p. 108).

Analisando dados da PME (IBGE) percebemos que os rendimentos masculinos seguem mais altos que os femininos. Embora a renda geral tenha aumentado, a diferença de rendimentos por gênero persiste. Conforme observa-se no gráfico 14 a seguir, a renda de ambos os gêneros aumenta com o passar dos anos, mas as a diferença salarial entre ambos segue estável, a um percentual médio de 28%:

Gráfico 14 - Rendimento médio real do trabalho das pessoas ocupadas e diferença salarial percentual, por sexo (2003-2011)



Fonte: PME - Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE

Existem diversos estudos que procuram aprofundar-se nos motivos dessa diferença salarial entre gêneros e a maioria aponta a discriminação como fator principal. Mas há teses recentes e inovadoras, que de certo modo vão além e tentam entender o que origina as diferenças salariais. Levam em conta que as mulheres ganham menos não "apenas" por discriminação, mas também por uma "opção" delas. O pesquisador Eduardo Ferraz apud Furlan (2012), cita que a diferença salarial é definida quando o profissional escolhe qual moeda de troca estará priorizando em sua carreira. Para o pesquisador, as empresas têm basicamente quatro moedas para oferecer aos seus funcionários: dinheiro, segurança, status e aprendizado. Não há uma opção melhor que a outra, apenas consequências.

> "Quem gosta mais de dinheiro, inconscientemente deixará em segundo plano as outras moedas, abrindo mão principalmente da segurança que significaria horários fixos, estabilidade, e, portanto, tempo para dedicar à família. Há mais homens ganhando mais e em cargos de chefia, pois eles culturalmente priorizam a carreira e colocam a família em segundo plano". No que diz respeito as mulheres, "em sua maioria, priorizam trabalhos que lhes proporcionem mais segurança do que dinheiro. No caso das mulheres, a escolha pela segurança é quase instintiva. "Elas têm uma sobrecarga muito maior que a dos homens. Além de estar sempre atualizadas, ter cursos de especialização, e ser uma profissional brilhante, ainda tem que cuidar dos filhos, ser uma filha dedicada, ter o corpo saudável, cuidar da casa, ser amorosa com o marido, e ainda ouvir – pacientemente - da sogra, que não dedica tempo suficiente à família. É

> um verdadeiro massacre, e pouquíssimos homens aguentariam a carga que a maioria das mulheres suportam".
>
> Eduardo Ferraz apud Furlan (2012)

Esse argumento existe na prática e constatamos que normalmente muitas mulheres aceitam ganhar menos em troca de uma carreira que lhe dê mais flexibilidade para suas múltiplas jornadas.

4 – Considerações finais

Esta monografia fez um panorama geral sobre o trabalho feminino no Brasil e investigou as alterações ocorridas na economia e sociedade no espaço temporal proposto. A partir deste estudo, percebemos que inserção feminina influencia, de forma direta, variáveis demográficas, econômicas e sociais.

A partir de estudos históricos, com o objetivo de entender os fatos presentes, descobriu-se que o caminho para os avanços das trabalhadoras brasileiras vem de longa data, mas consolida-se somente agora no século XXI. Com a fusão desses dois itens, conseguiu-se chegar a respostas de questionamentos importantes como: qual setor da economia absorveu o contingente de trabalhadoras neste período. A resposta aparece ao vermos que o crescimento de pequenas propriedades rurais, somado ao crescimento das cidades e o consequente aumento do setor de serviços, abriu grandes oportunidades para as mulheres. No caso da área rural, pequena propriedades empregam mais mulheres, devido a atividades de criação de pequenos rebanhos, hortas e serviços domésticos. Na área urbana, a expansão do comércio, que demandou muitas comerciárias e, não menos importante, o setor de serviços que abriu um amplo leque de oportunidades ás trabalhadoras.

As mulheres tiveram sérias dificuldades de acesso à educação por muito tempo e somente a partir da década de 1930 que começaram a ter acesso universalizado a educação formal. Porém, aproveitaram de forma magistral essa oportunidade e apesar de todas as dificuldades impostas, hoje elas possuem mais anos de estudo que os homens. Buscam continuamente mais espaço no mercado de trabalho e estão muito próximas da paridade com os homens, com taxas muito próximas a países de desenvolvidos. Este fato é mais que um avanço social, é um grande benefício econômico, que enriquece o contingente de mão-de-obra disponível. Esta maciça inserção também vem da necessidade de competir com os homens, compensando décadas de atraso a que foram expostas. Hoje as

mulheres querem mais do que nunca exercer sua cidadania com plenitude, conquistar seu espaço e respeito perante a sociedade. Neste contexto, as trabalhadoras ainda se deparam com inúmeras dificuldades, ligadas a discriminações e preconceitos.

Apesar de ter mais anos de estudo que os homens, as mulheres sofrem mais com o desemprego. As taxas de desemprego feminino são sempre superiores aos dos homens. Isso se explica parcialmente pelo fato das mulheres estarem mais expostas à rotatividade nos postos de trabalho, devido á sua alta concentração no setor de serviços, onde os empregados não ficam longos anos na mesma empresa, seja por opção, seja por mudanças organizacionais. Além disso, as trabalhadoras sofrem discriminações, parte em virtude dos direitos sociais que são amplamente favoráveis a elas (licença maternidade é um fator importante). Estas conquistas sociais são vistas como custos para as empresas e a solução para essa questão pode vir da equiparação de direitos, método adotado em países europeus. Com direito a iguais períodos de licença natalidade, por exemplo, para o empresário seria indiferente contratar uma mulher ou um homem.

Quanto aos rendimentos femininos, é evidente que existe uma acentuada discriminação de gênero. A despeito da isonomia salarial entre homens e mulheres, prevista em nossa legislação trabalhista, as distorções salariais persistem. Existem fatos que evidenciam a discriminação de gênero no ambiente empresarial, como por exemplo, utilização de nomenclaturas de cargos diferentes para a mesma função, o “teto de vidro” que impede ascensão profissional de trabalhadoras (sob a justificativa de que a dupla jornada é incompatível com viagens a trabalho, por exemplo) e outros subterfúgios. Além disso, é importante destacar que há um grande volume de mulheres alocadas em ramos de serviços e comércio, que remuneram abaixo da média do mercado. A soma destes fatores justifica o fato das mulheres possuírem média salarial inferior a dos homens, na contramão de todos os avanços e conquistas sociais dos últimos 50 anos.

Existe uma complexidade que envolve a escolha da mulher em participar ou não do mercado de trabalho. Com a sobrecarga de responsabilidades, como ser a genitora e peça fundamental na criação dos filhos, nota-se que a brasileira

está abrindo mão de ser mãe para trabalhar. A queda da natalidade aparece em consequência de dois fatores básicos: adiamento da maternidade e custo elevado para criar um filho com qualidade. Com o adiamento da maternidade, elas ficam mais tempo no mercado de trabalho. Estes fatos favorecem a economia, mais uma vez, pela disponibilidade alta de pessoas aptas ao trabalho.

Vivemos o período de transição demográfica, onde o bônus demográfico pode ajudar nosso país a dar um salto econômico muito importante e esperado. Porém, conclui-se que se não for sabiamente aproveitado esta “janela de oportunidade”, corremos o risco de que o bônus vire ônus demográfico, já que por volta de 2050 a população idosa superará os jovens. O aproveitamento do bônus demográfico exigirá do governo investimentos fortes em educação, não apenas fundamental, mas principalmente técnica profissionalizante. Já observamos movimentos neste sentido, como valorização das Universidades Públicas, programas de bolsas de estudos em Instituições particulares e a expansão dos Institutos Técnicos Federais. Além disso, é importante que a financeirização da economia não corroa a formação de poupança destinada ao capital fixo, pois necessitamos de expansão deste item para garantir a manutenção dos empregos.

Por fim, este trabalho obviamente fez uma breve análise de diversos temas que tem interligação entre si. Há espaço para aprofundar-se ainda mais em questões que são muito pertinentes que podem originar novos questionamentos. Concluímos através deste panorama geral, que a inserção da mulher no mercado é uma conquista que demandou e seguirá demandando muitos esforços das trabalhadoras, a fim de vencer todos os obstáculos que lhe são impostos. A franca participação da mulher no mercado de trabalho trouxe inúmeros benefícios para toda a sociedade e auxiliará a economia nacional a ganhar robustez, consolidando uma era de crescimento sustentável.

5 - Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A transição demográfica e a janela de oportunidade.** Pesquisa do Instituo Braudel - São Paulo, 2008

ALVES, José E. D.; BRUNO, Miguel A. P. **População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil:** como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP (www.abep.org.br) 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 2ª ed - São Paulo: Cortes; Campinas,SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ARABECHE, Jorge. **Transformação Demográfica e Competitividade Internacional da Economia Brasileira**. Artigo da UNB - Universidade de Brasília. 2011 Artigo disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1920282 acesso em 12 de Abril de 2012.

BARROS, Ricardo P., CORSEUIL, Carlos H., SANTOS, Daniel D., FIRPO, Sergio. **Diferenças por sexo e conseqüências sobre o bem-estar.** IPEA, Texto para discussão n. 796. Rio de Janeiro, IPEA, junho, 27pgs. 2001

BARROS, R.P., MENDONÇA, R.S.P. **Família e distribuição de renda:** o impacto da participação de esposas no mercado de trabalho. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 19, p.483-504, dez. 1989.

BECKER, G. **A treatise on the family.** Harward University Press, 1991

CARVALHO, J.A.M.; PAIVA, P.T.A.; SAWYER, D.R. **A recente queda da fecundidade no Brasil:** evidências e interpretação**.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1981. (Monografia,12).

COSTA, Letícia**. Aumento da participação feminina:** uma tentativa de explicação**.** Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, v. 2, p. 231-243.1990

DELGADO, G. da C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003.** In: JACCOUD, L. (Org.). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília, IPEA, p.51-90. 2005

DIAS, Maria Odila Leite da Silva , **Nas fímbrias da escravidão urbana**: negras de tabuleiro e de ganho**.** Estudos Econômicos, São Paulo, v. 15, número especial, p. 167-180, 1985.

FOURIER, Charles, *Theory of the four movements,* Cambridge University Press, 1996

FURLAN, Paula. **Afinal, porque as mulheres ganham menos ?** Consumidor moderno, São Paulo – SP, 30 de Maio de 2012. Disponível em <http://consumidormoderno.uol.com.br/comportamento/afinal-por-que-as-mulheres-ganham-menos> acesso em 02 de Novembro de 2012.

GOMES, Laurentino, **1808** - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 2ª edição, São Paulo – SP, Editora Planeta, 2007.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugenia T. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil:** 1981 – 2002 . Belo Horizonte-MG, Revista Nova Economia, Volume 14, Número 2, Maio-Agosto de 2004, Págnas 35 a 58. 2004.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem.** 21º edição, Rio de Janeiro – RJ, Editora LTC, páginas 173 a 198. 1986

IBGE: PNAD (www.ibge.gov.br). Acesso em Outubro de 2012.

IBGE: **População brasileira envelhece em ritmo acelerado.** Comunicação Social, 27 novembro de 2008 disponível em **http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1272**. Acesso em 03 de Abril de 2012.

LAVINAS, Lena. **Emprego Feminino:** O que Há de Novo e o que se Repete. Dados., vol.40, no. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0011- acesso em 23 de Outubro de 2012.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. **Efeitos de período, coorte e ciclo de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro.** In: WAJNMAN, S.; MACHADO, A. F. (Orgs.). "Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil". Belo Horizonte: UFMG, p.49-65. 2003.

LEONE, Eugenia T.. **Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90.** In: ROCHA, Maria Izabel B. (Org.), "Trabalho e gênero : mudanças , permanências e desafios" , ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG, editora 34, (p.85-110), 2000.

MADEIRA, Felicia Reicher. **Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil :** 1920-1970, São Paulo: Cebrap, 1973.

MARX, Karl, **O Capital.** Edição Condensada. Bauru – SP. Edipro 1998.

MEDEIROS, Marcelo; OSORIO, Rafael. **Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil:** classificação e evolução de 1977 a 1998. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 788).

MELO, Frederico. **Trajetórias no mercado de trabalho:** perfis socioocupacionais de indivíduos e casais da Grande São Paulo**.** Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG,Tese de Doutorado. 2005

MERRICK, T.; BERQUÓ, E. **The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility**. Washington, National Academy, 1983.

SACHS, Ignacy, **Inclusão Social pelo Trabalho:** Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*.* Rio de Janeiro, Garamond, 2003

SCHMIDT, Mario. **Nova História Crítica.** 7ª série. 2 ed. São Paulo: Nova Geração, 2005

SCORZAFAVE, Luiz Guilherme Dácar da Silva. **A evolução e os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro** Dissertação - Mestrado. São Paulo : FEA/USP, 2001. 65 p.

SEADE, **Padrão demográfico brasileiro e a previdência social.** Cap. 3. Mercado de trabalho**.** Brasília; MPAS; Belo Horizonte: Cedeplar, 1989 (relatório final)

SEDLACEK, G. e SANTOS, E. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração da renda familiar** Pesquisa e Planejamento Econômico, 21, 3, pp.449- 70. 1991.Disponível em http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/864/801 acesso em 12 de Julho de 2012

SOARES, Serguei Suarez Dillon, IZAKI, Rejane.S*.* **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro, IPEA, Texto para discussão n. 923, 23 pgs. 2002

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O Bônus Demográfico Relativo e Absoluto no Acesso à Escola**, Texto para Discussão n. 1340, IPEA 2008

THOMPSON, Warren. **Population,** American Journal of Sociology, Chicago – EUA. University Of Chicago Pres, n.. 34, pp. 75-959, 1929.

TURRA, C., QUEIROZ, B. **Before it's too late: demographic transition, labour supply, and social security problems in Brazil.** United Nations Expert Group Meeting on Social and Economic Implications of Changing Population Age Structures**,** México, 31 de agosto a 2 de setembro de 2005.

PRIORE, Mary Del,(org.) **A história das mulheres no Brasil.** São Paulo, Editora Contexto/UNESP, in Os movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira GIULIANI, Paola Cappellin**,** pp. 640-666, 1997

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B. e LIBERATO, V. **O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil** In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**,** 11. Anais . Belo Horizonte: ABEP, v.2, pp. 2429 - 54. 1998 Disponivel em

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a224.pdf acesso em 23 de Agosto de 2012

WAJNMAN, S. **Mulheres na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro:** avanços e entraves**.** In: Marta Porto (Org.). “Olhares femininos, mulheres brasileiras”. Rio de Janeiro: X Brasil, 2006, v. 4, p. 77-108. 2006

WONG, L., CARVALHO, J. A. M. **Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil.** Paper presented at the XXV IUSSP General Population Conference. Tours, France, 18-23 de julho de 2005.